



Anais da Assembléia

N.º 93

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE SETEMBRO DE 1984.

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 085.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1984.

(Terça-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Tuguio Setogutte e Erondy Silvério.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfredino, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Questão de Ordem) Sr. Presidente, na Sessão de quinta feira esse Deputado permaneceu até os últimos instantes da Sessão, entretanto, já na Sessão de ontem foi verificada a ausência do Deputado naquela chamada nominal em que consta a presença de 36 Srs. Deputados. Esse Deputado tem plena certeza de ter respondido àquela chamada Sr. Presidente. Então solicito que seja feita essa retificação.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) — A Mesa vai mandar verificar e responderá a Vossa Excelência.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente requerimento, respeitosamente REQUEREM "Regime de Urgência" para o Projeto de Lei Complementar n.º 160/84, que altera o artigo 73 da Lei Orgânica dos Municípios.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 196/84, que declara de Utilidade Pública o Instituto Londrinense de Instrução e Trabalhos para Cegos, com sede no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 221/84, que trata da abertura de crédito especial à Superintendência dos Portos do Paraná e ao Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a tramitação em Regime de Urgência do Projeto de Lei n.º 189/84, que institui o Dia do Escrivão de Polícia do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação aos Projetos de Lei n.ºs 210 e 223/84.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Professor JOÃO VIEIRA DE ALENCAR, ocorrido dia vinte e três de setembro próximo passado.

Dr. João Vieira de Alencar era professor emérito da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, e diretor superintendente da Casa de Saúde São Vicente.

O extinto, além de outros títulos, foi professor catedrático, por concurso, de clínica cirúrgica da Faculdade de Medicina, ex-presidente do Conselho Regional de Medicina, do Colégio Brasileiro de Cirurgiões - Capítulo do Paraná, membro do Conselho de Administração do Hospital de Clínicas, no período de 1951 a 1954, tendo sido reconduzido em dezembro de 1974. Foi ainda, diretor substituto da Faculdade de Medicina, em exercício durante mais de um ano, e pró-Reitor de

Assuntos Comunitários da Universidade Federal.

Além de outras honrarias e títulos, o ilustre professor Vieira de Alencar foi membro emérito do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, tendo participado, ainda, da Comissão Julgadora de inúmeros concursos para professor catedrático, titular, livre docente e auxiliar de ensino. Tem publicados diversos trabalhos e teses em revistas especializadas.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja oficiado à família do pranteado.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de pesar pelo passamento do Dr. Luiz Del Tedesco, ocorrido no dia 22 do mês em curso, na cidade de Londrina. O extinto era um dos pioneiros de Cornélio Procópio, onde exerceu importantes atividades profissionais e filantrópicas.

Requer, outrossim, que se dê ciência do teor deste à família enlutada, à viúva Sílvia Monteiro Del Tedesco, filhos Walton, Maria Sílvia e Maria Lídia, em Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, membro da Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia Legislativa, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja inserido em Ata Voto de Congratulações ao Excelentíssimo Sr. MAURÍCIO FRUET, DD. Prefeito Municipal de Curitiba, pela nobre iniciativa em determinar a montagem de um Centro de Atendimento aos menores carentes em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Evidentemente, o problema do menor abandonado é um dos mais graves problemas sociais da atualidade e vem se agravando ainda mais com a crise econômica. O elevado número de crianças abandonadas por esse Brasil afora, expostas às duas leis da sobrevivência, é um problema que vem há muito exigindo providências por parte das autoridades constituídas, eis que, esses menores, sem uma perspectiva de futuro, são seguramente candidatos a marginais de amanhã.

Assim, a iniciativa do Prefeito Municipal de Curitiba merece o nosso aplauso e o nosso incentivo, a fim de que o problema possa ser ao menos minorado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um Voto de Congratulação à direção do jornal O Estado do Paraná, pela iniciativa de, semanalmente, promover debates entre personalidades da vida pública sobre temas de nossa atualidade, com a criação de "O Estado do Paraná em Debate". Requer também seja dada ciência dos termos deste requerimento ao Diretor Presidente da Editora do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Curitiba, terça, em 25/09/84

Desde o seu surgimento, o rádio tem sido participante valioso do cotidiano das pessoas. Levando a alegria, distraindo e, mais do que tudo, informando, o rádio atinge milhões de pessoas, que por ele se mantêm atentas ao que se passa pelo mundo.

Umbilicamente ligado à radiodifusão, por trás dos microfones, está o radialista — profissional responsável por dar vida ao rádio.

Hoje, 25 de setembro, transcorre o dia do radialista e da radiodifusão. A data marca a homenagem àqueles que diariamente mantêm-se ligados aos fatos, aos acontecimentos e os levam aos milhões que os ouvem.

Para prestar a nossa singela homenagem, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão, voto de congratulações pelo transcurso do dia do radialista e da radiodifusão.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Desde o último dia 20 de setembro, o empresário José Carlos Gomes de Carvalho é o novo Presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Automotores — ABRAVE Nacional.

Primeiro paranaense a ocupar tão alto posto, aquele valioso empresário é o Diretor-Presidente do Grupo Corujão, que controla 11 empresas, entre as quais, concessionárias das marcas Volkswagen, Honda, Mercedes-Bens, Valmet e administradora de consórcios. Conhecido por sua militância associativa, até recentemente ocupou a Presidência da Associação Brasileira dos Distribuidores de Tratores Valmet — ASSOVERAL, sendo ainda Vice-Presidente da ASSOBRENZ e da ASSOBRAY.

Paranista dos mais decididos, sempre se postou intransigentemente na defesa dos mais elevados interesses de nosso Estado.

Movido pela alegria e pelo sentimento de orgulho que o brilho daquele valente paranaense nos traz o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão voto de congratulações ao empresário José Carlos Gomes de Carvalho, por sua eleição e posse na Presidência da Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Automotores — ABRAVE Nacional.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, Votos de Congratulações ao Sindicato Rural Patronal pela inauguração de sua sede própria ocorrida no último dia 22 na Municipalidade de Araruna, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Acássio José Vieira, Presidente daquela Entidade de Classe.

No último dia 22, sábado, o Município de Araruna viveu um dia de festa. Envolvendo autoridades, lideranças comunitárias, religiosas, políticas, rurais e notadamente o povo de um modo em geral, inaugurou-se a sede própria do Sindicato Rural Patronal de Araruna. Suas instalações são muito funcionais, e nelas estarão abrigadas além do próprio escritório do Sindicato, em outras salas funcionarão outras repartições, que já foram de início alugadas para a agência local do correio, agência local da Copel, ambas no primeiro pavimento, sendo que no segundo deverá funcionar um ambulatório; estando disponíveis mais duas salas.

O ato inaugural daquela sede construída pelo Sindicato, através de sua diretoria atual, atesta e muito, a dedicação, o idealismo, e mais do que isto, a força de vontade e a capacidade de realização.

Não poderia, neste sentido, deixar de constar nos Anais desta Casa, votos de congratulações àquela organização sindical, que dá uma grande prova de que a união dos homens é a soma-tória de muitas forças, imbuídas em um único desejo, a concretização de um ideal comum; o desenvolvimento geral.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações à Associação Tagliari de Campo Mourão, por ter conquistado recentemente o título de Bicampeão da TV Taça Paraná de Futebol de Sação Juvenil, realizada em Cascavel, com conseqüente encaminhamento aos Excelentíssimos Srs. José Pochapiski, Prefeito Municipal, Dr. Moacir Ciulla Porciúncula, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e Itamar Agostinho Tagliari, integrante do Poder Legislativo Municipal e Técnico daquele selecionado.

Não poderia deixar de requerer o devido registro nos Anais desta Casa de Leis, o trabalho que vem sendo desenvolvido em termos de salonismo na cidade de Campo Mourão. O nome do Município de Campo Mourão tornou-se conhecido nos meios esportivos estaduais e nacionais, graças a formação de uma Equipe constituída basicamente pela pioneira família Tagliari, que há muitos anos iniciou um projeto dos mais ousados: defender e honrar o nome da terra mourãoense.

A dedicação dos irmãos Tagliari rapidamente ganhou respeito e admiração do seu povo, que via no selecionado da época uma equipe das mais destacadas.

Mais do que isto, a Associação Tagliari tem hoje em sua galeria, diversos troféus e condecorações, representando os mesmos, a regularidade de suas atuações, que na maioria das vezes trouxeram a Campo Mourão títulos que um dia os jovens irmãos daquela tradicional família ousaram sequer sonhar. São incontáveis as faixas que foram colocadas no peito dos seus atletas desde a nível local, estadual, nacional e até mesmo em competições internacionais.

É indiscutível que o símbolo esportivo de Campo Mourão seguramente está representado pela Associação Esportiva Tagliari. Fato que nos dias de hoje ainda se comprova. Pois mesmo de ter praticamente deixado de existir daquela seleção que tantas glórias trouxe a Campo Mourão e ao Estado do Paraná, havia a necessidade de dar prosseguimento ao trabalho iniciado (quase que por acaso) e que sempre foi encarado com absoluta seriedade.

Neste sentido e diante de tal preocupação, Itamar Agostinho Tagliari deu início a um novo trabalho: o da formação de uma equipe de adolescentes, iniciando deste modo um trabalho efetivamente de base, capaz de apresentar no futuro excelentes resultados como os então eram conquistados há anos atrás.

Muito antes do esperado, os resultados começaram a surgir. Os garotos com o incentivo de seus pais, professores e principalmente com o apoio da Família Tagliari, após muitos treinos, iniciaram sua participação em vários encontros.

Cada vez mais a equipe foi se entrosando, ganhando destaque, respeitabilidade, cujas conseqüências não poderiam ser outras senão a conquista de diversos títulos ou sempre colocações das mais expressivas. Prova disso, foi quando da realização da IV Taça Paraná em Cascavel. Com a presente das mais fortes equipes do salonismo paranaense, totalizando nove

agregiações, a equipe de Campo Mourão fez uma campanha simplesmente espetacular. Disputou seis jogos, dos quais obteve resultado superior aos seus adversários em cinco ocasiões: empatando uma partida, conseguindo, portanto, terminar sua participação sem sofrer nenhum resultado negativo.

Tal campanha só podia proporcionar o título de Bicampeão Paranaense o que confirma por mais uma vez que Campo Mourão possui, fora de qualquer dúvida, uma das melhores equipes de futebol de salão, não somente a nível estadual como em termos nacionais.

É importante registrar, também, os nomes dos garotos que integram o selecionado mourãoense, que tem se dedicado ao máximo no desenvolvimento esportivo, aprimorando sempre o vigor físico e o condicionamento técnico e tático: Robson, Tadeu, Itamarzinho, Vagner, Flavinho, Vanderlei, Fábio, Sandro, Lençone, Anghben, Paulo Eduardo e Jefferson.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, Voto de congratulações à Televisão Cultural Canal 8, pela comemoração do seu nono aniversário de fundação, que transcorre no dia de hoje, na municipalidade de Maringá, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Diretor Geral, Sr. Lindolfo Luiz Silva.

Há nove anos atrás, a região de Maringá vivenciava uma nova e revolucionária era no setor de comunicações, pois surgiu no dia 25 de setembro de 1975, a Televisão Cultural Canal 8, com modernas instalações, equipamentos dos mais potentes, iniciando suas atividades tendo uma grande responsabilidade de retratar a realidade de uma vasta e rica parte do Estado do Paraná.

Com o passar dos tempos, aquela conceituada emissora não tinha somente o papel de atingir a região de Maringá, assim como suas circunvizinhas. Sua área de abrangência foi se ampliando na medida em que o seu poder de comunicação e respaldo junto as comunidades ia também crescendo.

Hoje, a Televisão Cultural simboliza o registro de todo um processo desenvolvimentista de grande parte do território paranaense.

Através de uma programação independente, ao longo destes anos, no Canal 8 sempre manteve uma postura voltada para a defesa dos verdadeiros interesses da larga coletividade que vive nas centenas de cidades onde suas imagens têm penetração.

O registro nos Anais desta Casa de Leis é, sem dúvida alguma, ato de total justiça, pela importância cada vez mais crescente e firme da Televisão Cultural Canal 8, no que diz respeito não somente à televisão, mas a todo o meio de comunicação existente.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após expressa aprovação do douto Plenário, seja consignado um voto de louvor ao Dia do Radialista. A medida dispensa justificativa, pelo alcance próprio desta nobre e digna menção.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de louvor à classe dos radialistas pela passagem nesta data do seu dia.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa de um voto de louvor ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Clementino Schiavon Puppi, DD. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, pelo desassombro de sua decisão ao acolher a petição dos Deputados Luiz Alberto Martins de Oliveira e Airton Ravaglio Cordeiro, pedindo a sustação da realização do I Encontro Estadual de Lideranças do PMDB, por ter sido programado para o Teatro Guaíra, um próprio do Estado, não podendo, por isso, ser usado para reunião daquela natureza. Requerem, também, que se dê ciência dos termos deste requerimento ao Excelentíssimo Sr. Presidente do TRE do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

É digna de louvor a atitude do Excelentíssimo Sr. Presidente do TRE, ao despachar favoravelmente a petição que lhe foi dirigida pelo Líder da Bancada do PDS nesta Casa e pelo Secretário Geral do Partido Democrático Social do Paraná.

Sua Excelência não titubeou em mandar cumprir a lei, baseado no que dispõe o Art. 377 do Código Eleitoral Brasileiro, que diz textualmente: "O serviço de qualquer repartição, federal, estadual, municipal, autarquia, fundação do Estado, sociedade de economia mista, entidade mantida ou subvencionada pelo Poder Público, ou que realiza contrato com este, inclusive, o respectivo prédio e suas dependências, não poderá ser utilizado para beneficiar partido ou organização de caráter político".

Diz mais o Art. 377, em seu parágrafo único, que "o disposto neste artigo se tornará efetivo a qualquer tempo pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada de autoridade pública, representante partidário ou qualquer eleitor".

Sua Excelência o Desembargador Clementino Schiavon Puppi, estribado no diploma legal, às 20h20m exarou o seu despacho dirigido ao Diretor Secretário do TRE, no sentido de que fossem foadas as providências que se fizessem necessárias, nos termos do Art. 377 do Código Eleitoral, a fim de se impedir o uso de prédio de Fundação do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviada moção de apoio à Associação Profissional dos Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado do Paraná, que deseja tornar-se sindicato, com cópia para o seu Presidente.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A organização dos trabalhadores cumpre papel fundamental na definição da estrutura de poder, na ação de qualquer governo e nas relações de trabalho.

O Sindicato é uma das formas de organização dos trabalhadores segundo o ramo econômico ou a categoria profissional a que pertençam. Visa defender os interesses dos trabalhadores a que representa.

Com o poder de representar a categoria coletivamente e de forma organizada, o sindicato pode colocar frente a frente dois interesses historicamente conflitantes: do patrão e do empregado.

Assim como as demais organizações populares, os sindicatos de trabalhadores caracterizam-se por levar adiante as reivindicações específicas da categoria, como melhores salários, condições de trabalho adequadas, luta contra o desemprego, acordos e dissídios coletivos, etc., defendendo também as reivindicações gerais do conjunto de trabalhadores, ou seja, como maioria integrante da sociedade brasileira, sofrem, quer queiram ou não as consequências de decisões governamentais. Neste sentido, de forma organizada, através de seu poderoso instrumento de luta, que é o sindicato, não só tem o direito, mas também o dever de tomarem posições claras em defesa da liberdade, da independência nacional e do progresso do País.

É nesse contexto que os empregados de empresas de processamento de dados e os profissionais de processamento de dados pretendem se inserir.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, estudos por parte do Governo do Estado no sentido de encampação, pela COPEL, dos serviços de distribuição de energia elétrica ora prestados no Paraná pelas empresas: Companhia de Força e Luz do Oeste, Companhia Campolarguense, Centrais Elétricas de Santa Catarina, Força e Luz Coronel Vivida e Santa Cruz Companhia de Força e Luz.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Apoiamento: ADHAIL SPRENGER PASSOS, ANTÔNIO ANNIBELLI, ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

"Eletricidade não é luxo, é necessidade".

Na época da campanha eleitoral de 82, o setor energético foi considerado uma das prioridades do PMDB e como tal foi colocado em prática logo no início do Governo José Richa.

Partindo de um plano de expansão da rede elétrica do Estado, os trabalhos neste setor foram iniciados graças ao potencial e à condição da COPEL, o que resultou na escolha, através do Banco Mundial, para testar um programa de eletrificação rural no Brasil.

Foram canalizados 104 milhões de dólares para um atendimento a 88 mil propriedades rurais. É bom lembrar que até o início desta administração, apenas 9 por cento do total de propriedades rurais contavam com ligações elétricas.

No final do Governo Richa, cerca de 42 por cento das propriedades já estarão integradas ao sistema, sendo que já existem 18 mil na zona rural. A aceitação do programa está acima das expectativas e já é certo que mais de 700 mil paranaenses do meio rural contarão com o serviço.

A enorme receptividade deve-se principalmente a dois fatores: a confiança dos proprietários rurais no Governo e a reduzida participação financeira dos interessados, já que o Estado elevou de 20 para 50 por cento sua participação no custeio das ligações.

Não que o Estado ou a COPEL tenham conseguido fazer milagre com o dinheiro disponível. Através de estudos minuciosos chegou-se à simplificação das redes, o que resultou no barateamento do sistema em 42 por cento. Desta forma, milhares de agricultores, que na sistemática tradicional estariam alijados do programa, puderam aderir e hoje podem, além de viver em melhores condições, também contar com a utilização de tecnologias independentes dos derivados de petróleo, melhorando a produtividade e qualidade dos rebanhos, armazenagens, conservação de alimentos e muitos outros benefícios.

Outro fator que influenciou a agilidade, fornece informações que hoje chegam ao campo no momento em que ocorrem transformações nos grandes centros de comercialização e porque não dizer da política, saúde e lazer. Hoje e num futuro próximo a

integração do homem rural será total. E isto é justiça a quem, durante muito tempo, faz do nosso Estado a expressão agrícola através do trabalho duro e que foi marginalizado por governos anteriores.

O crescimento dos serviços se dá principalmente através do barateamento dos custos dos serviços. Para se ter um exemplo, no caso das ligações rurais, se corrigidos os custos do sistema anterior, o custo da ligação mais barata não seria menor do que 2 milhões e 400 mil cruzeiros. Hoje, este custo é de 690 mil cruzeiros para uma ligação simples mas eficiente sendo que até mesmo a entrada de serviço, que anteriormente era de responsabilidade do agricultor, é custeada pela própria COPEL.

Mas, o trabalho do Governo José Richa não ficou apenas voltado ao homem rural. O marginalizado da periferia do meio urbano, também foi lembrado. A proposta de expandir os serviços a essas populações é uma realidade que também foi alcançada sem milagre mas, através, da simplificação dos padrões técnicos nas entradas de serviços.

Hoje, até postes de madeira são aceitos. Além disso, a implantação do programa "CLIC URBANO", que beneficia os usuários com renda familiar de até dois salários mínimos, ofertando a execução das extensões de rede, das entradas de serviço e até mesmo das instalações internas da residência.

Isto com financiamento que vai de 12 a 60 meses para pagar, com vantagem de isenção de juros e correção monetária para os optantes do plano de 12 meses. Com isto, 95 mil novos usuários estão integrados ao sistema, perfazendo um total de atendimento que chega aos 92 por cento da população, mas a pretensão não fica nisso, a intenção é de alcançar 96 por cento da população paranaense, através da encampação de todo o serviço. Hoje, dos 1.160.000 domicílios, 1.079.000 já estão integrados.

É a democratização do serviço de eletrificação que tem como único objeto o cidadão do Paraná. Uma verdade disso é a criação do "auto-caixa" que consiste em equipamento especial, instalado em agência da empresa, que permite ao consumidor efetuar seus pagamentos fora do expediente bancário.

Além do que, a implantação do reativo de vencimento, a interrupção dos serviços não é feita mais aleatoriamente, pelo simples atraso no pagamento da fatura, além do que, nos dias de hoje, com a crise econômica mais aguda, os desempregados que comprovem a sua condição, não mais estão sendo punidos com o desligamento.

Além de gerar e distribuir energia elétrica, a expansão da COPEL para todos os recantos do Estado está possibilitando a ocupação de mão-de-obra permanente, já que trabalho é o que não falta.

Tudo isto faz do Paraná um dos Estados melhor atendido por energia elétrica e por isso é necessário que esta autonomia seja preservada.

O Paraná já é auto-suficiente, mas é preciso prever o futuro. Diante disso, por determinação do Governador José Richa, a COPEL quer produzir e consumir energia gerada aqui, com a segurança de que, num futuro próximo, o serviço seja cobrado na base de tarifa real, ou seja, que o abusivo imposto canalizado à União, na base de 50 por cento, seja canalizado para o próprio Estado. Nada mais justo, já que o nosso Estado até agora tem sido penalizado ao perder imensas áreas férteis para produzir energia para a União, sem ao menos utilizar a energia produzida.

Para exemplificar, a COPEL está lutando para ser desobrigada a comprar energia da ELETROSUL. Presa a um contrato de dez anos, a COPEL teria que comprar energia sem precisar, já que depois da construção da Usina de Foz do Areia, o Estado é auto-suficiente. E a COPEL, o Estado, e conseqüentemente o consumidor, estariam pagando algo que não utilizam.

A COPEL suspendeu o pagamento e esse recurso hoje representa mais de 24 bilhões de cruzeiros, que saíam do caixa da COPEL para o caixa da ELETROSUL. O assunto está sendo discutido a nível de ministério com a segurança de que trata unica-

mente da defesa dos interesses do Estado do Paraná.

REGIONAL DE LONDRINA

A regional de londrina, que compreende 84 municípios, prevê a instalação de 21 mil novas ligações até o ano de 1987, no sistema CLIC RURAL.

Para o ano em curso, devem ser realizadas um total de 2.500 ligações do sistema CLIC RURAL e o mesmo número no sistema CLIC URBANO, que tem uma previsão de 10.600 ligações até 1987.

A meta para 1984 já está sendo superada estando em andamento 46 obras e mais de 3.500 consultas para futuras ligações.

Mas, a preocupação do Governo Richa deve ir além da auto-suficiência, atendimento à zona rural e urbana. A próxima meta deve ser a encampação de todo o serviço de distribuição, de energia no Paraná, já que parte dela é feita por empresas particulares municipais e de outros Estados. O número é mínimo, dos ... 1.293.343 consumidores. do Estado, apenas 41 mil e 503 são atendidos por outras empresas que não a COPEL.

As empresas que atendem a estes 3,2 por cento de consumidores do Estado, Companhia Campolarguense que atende ao Município de Campo Largo com pouco mais de 10 mil e 600 consumidores; Centrais Elétricas de Santa Catarina, que atende o Município de Rio Negro, com mais ou menos 4 mil consumidores; Companhia de Força e Luz do Oeste, que atende o Município de Guarapuava, com cerca de 16 mil e 200 consumidores; Força e Luz Coronel Vivida, que atende o Município de Coronel Vivida, com 2 mil e 600 consumidores e Santa Cruz Companhia de Força e Luz, que atende os Municípios de Ribeirão Claro, Barra do Jacaré e Jacarezinho, num total aproximado de 8 mil e 500 consumidores.

É bom lembrar que toda a energia consumida no Paraná já é produzida pela COPEL, as outras empresas estão apenas prestando serviços de distribuição e manutenção.

Para a COPEL, a encampação destes serviços representa pouco em termos de investimentos, mas para os consumidores significa a possibilidade de acesso aos programas de elevado custo social que o Governador José Richa vem implantando neste setor, como é exemplo concreto o CLIC RURAL e o CLIC URBANO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. José Richa, Governador do Estado do Paraná, para que estudos sejam envidados no sentido de assinaturas de convênios para garantir o armazenamento da produção de gêneros de primeira necessidade de pequenos e miniprodutores.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao que foi requerido pelo edil Orides Angeli, de Maringá, e como já está ocorrendo no Estado de São Paulo, também o Estado do Paraná deve garantir o armazenamento da produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade de pequenos e miniprodutores.

Ao presidir o ato de assinaturas de convênios, o Secretário de São Paulo, destacou que "esses produtores contarão com um total de Cr\$ 3 bilhões somente este mês, já disponíveis nas agências da Caixa. O financiamento será feito a juros de 3 por cento ao ano mais a correção monetária, e os custos de armazenagem serão reduzidos para 25 por cento do que é cobrado pela Companhia de Financiamento da Produção - CFP", para uma tonelada de milho, exemplificou, "a estocagem por 30 dias custará Cr\$ 930. A taxa de classificação do produto será eliminada. Para o Secretário, "a implementação do programa possibilitará a comercia-

lização nas épocas mais oportunas, sem as perdas decorrentes de estocagens improvisadas, sem a intermediação inoportuna e livre dos baixos preços de início de safra, condições as quais o pequeno produtor se vê sujeito por falta de recursos”.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Presidente da Comissão de Educação, ilustre Deputado Tadeu Bento França, em solicitação se convoque a Comissão Especial SEED/DAU, a fim de debater o projeto do Governo do Estado em relação à Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP e Faculdade de Educação Musical do Paraná - FEMP.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O debate sobre o futuro das instituições de ensino superior EMBAP e FEMP trava-se há já alguns anos no Paraná. Ainda o governo estadual anterior esboçou anteprojeto, elemento causador de forte resistência nas comunidades universitárias referidas.

Agora, volta à carga esta discussão. Professores, estudantes e dirigentes de ensino, artistas e intelectuais manifestam-se seguidamente sobre a questão. E com o espírito de equacionar a temática, o governo José Richa instituiu uma Comissão Especial, cuja tarefa específica é formular uma proposta concreta para as instituições. Neste sentido, cumpre a Comissão de Educação se abra para o início de uma discussão organizada e democrática, sem que isto exclua a participação posterior dos centros acadêmicos, congregações e setores interessados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, inserção em Ata nos trabalhos de hoje, voto de regozijo e aplauso ao COLÉGIO DECISIVO, pela realização dos JOGOS ocorridos na data de 22 de setembro próximo passado.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado conhecimento à Direção do referido estabelecimento de ensino, na pessoa do senhor UBAJARA INDIO DO BRASIL von LINSENGEN, Diretor-Presidente, do estabelecimento supra mencionado.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando atos de coibição de queimadas às margens de Rodovias Estaduais.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Temos visto reiteradas vezes agricultores e principalmente os próprios encarregados da limpeza das margens das rodovias estaduais atearem fogo na vegetação.

Tal procedimento tem causado acidentes com vítimas fatais, devido a falta de visibilidade.

Queremos crer que, a própria Polícia Rodoviária poderia fiscalizar tais procedimentos, alertando aquelas pessoas do perigo em que são colocados todos os usuários destas rodovias, res-

ponsabilizando-os por possíveis acidentes e ocorrências ocasionadas por fogo e fumaça, após essa proibição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Diretoria do BADEP, através da Chefia da Casa Civil do Governo do Estado, em que solicita informações sobre concessão de fiança à SERVIX ENGENHARIA S/A, em 28 de junho de 1984.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A respeito, anexando-se ao presente o pronunciamento gerador, solicita-se o que segue:

1. quem autorizou a operação financeira?
2. por que teria sido o BADEP escolhido para privilegiar uma empresa não paranaense?
3. há indícios de que para a concretização da operação referida tenham concorrido pressões da comunidade de informações da Capital Federal?
4. quem são os terceiros citados na petição que com suas condutas teriam concorrido para a consumação do delito?
5. em que situação se acha a tramitação do processo movido contra diretores da SERVIX ENGENHARIA S/A?
6. já foram efetuados pagamentos e a que grupos financeiros ou empresariais?

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-firmado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, Nelton Miguel Friedrich, pedindo que determine à RADIPAR que construa uma torre de retransmissão de sinal de TV no Município de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

É merecida a reivindicação da população do município de Céu Azul, que vem externando a necessidade da construção de uma torre de retransmissão de sinal de TV para o município, vez que o progresso ali verificado é vegetativo, considerando-se que mais tem dado aquele povo ao enriquecimento do Estado, à semelhança de todas as comunidades do Oeste do Paraná, do que deste tempo recebido. Não por desatenção do Governo, mas porque, o arrojo daquele povo deixa muito pouca coisa para ser construída pelo poder público.

E, a boa retransmissão dos sinais de TV é uma necessidade para as comunidades desenvolvidas. Porque a televisão hoje faz parte da vida doméstica dessas comunidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, usando de suas prerrogativas regimentais, e, atendendo aos interesses de desenvolvimento integrado do povo paranaense, REQUER, após ouvido o Plenário, se digne Vossa Excelência, enviar expediente a Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, pedindo que sejam realizados estudos no sentido de ser implantado na localidade de Aparecidinha D'Oeste, São Jorge do Iguaçu e Aurora do Iguaçu, Municípios de São Miguel do Iguaçu, ensino de segundo grau.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

As localidades supra referidas são um núcleo destacado dentro da comunidade agrícola do Município de São Miguel do Iguaçu e devido à distância que as separa das escolas de segundo grau mais próximas, sofrem prejuízos de maior desenvolvimento educacional para a população jovem. E, é fato consolidado que as populações rurais, quanto maior for o seu grau de evolução escolar, maior é o nível de prosperidade que elas somam ao progresso geral do País. Por isso, é dever do Governo, investir no ensino básico, porque o melhor investimento é aquele que o poder público faz na pessoa humana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Schwartz, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação do trecho compreendido entre o Município de Jesuítas ao Distrito de Carajás.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A presente formulação é feita em virtude de Jesuítas ser um município novo, em franco desenvolvimento, apresentando grande produção agrícola e destaque na pecuária.

O distrito de Carajás possui um número razoável de habitantes, e conta com diversas benfeitorias.

A pavimentação do trecho compreendido entre a sede e este distrito, os auxiliará de forma significativa não só no escoamento de sua produção aos demais municípios como também facilitará na locomoção de seus estudantes.

Contamos com o apoio dos nobres parlamentares na aprovação deste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, no uso regular das suas prerrogativas regimentais, e, atendendo aos interesses de desenvolvimento integrado do povo paranaense, REQUER se digne Vossa Excelência, em sendo acatado pelo Plenário, enviar expediente ao Sr. Secretário do Interior, Nelson Miguel Friedrich, pedindo que seja determinado à RADIPAR, a construção de obras de melhorias de reprodução da imagem para TV para as regiões baixas do Município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

1. Não obstante haver torre de retransmissão de sinal, no Município de Matelândia, ela é impotente para o atendimento pleno da população, em razão de as regiões baixas do Município não pegarem a imagem de TV com perfeição tolerável.

2. Sendo um município de alto grau de crescimento vegetativo, o poder aquisitivo da população é igual em todas as suas regiões geográficas. Devendo por isso, para benefício do próprio comércio do lugar, gozar de cobertura ampla de parte do que fica para a administração de governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria da Educação, objetivando altera-

o calendário de férias escolares, a contar do próximo exercício, a fim de incrementar e desenvolver mais nosso turismo interno na época de verão.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

A situação econômica do País tem causado sérias dificuldades em todos os campos, dentre eles o turismo interno. É o caso do Paraná, que conta com importantes pontos turísticos, nacional ou internacionalmente, como no caso Foz do Iguaçu, além de contarmos com outros polos como: Vila Velha, Lapa, Serra do Mar, o Litoral e outros, sem contudo haver motivação para acolher maior número de turistas justamente pela dificuldade econômica vivida. Diante disso é necessário e indispensável que o turismo interno seja intensificado, proporcionando assim algum meio que faça o paranaense tomar interesse pelas coisas suas. Tais dificuldades são sentidas em quase todas as áreas pela PARANATUR, que busca meios para evitar a queda na recepção de turistas em nosso Estado.

Sabe-se que nosso turismo é mais intensificado durante o período de férias escolares, mais precisamente na temporada de verão, onde o clima é mais favorável. Porém, o calendário de férias adotado nos últimos anos vem prejudicando de forma sensível quaisquer possibilidades de se incrementar um turismo mais acentuado, internamente. As aulas escolares reiniciam na primeira quinzena de fevereiro, praticamente mutilando o mês de janeiro e praticamente anulando fevereiro. Perde-se cerca de um mês e meio, justamente na época em que o clima é mais favorável e ameno.

Por força de lei as férias devem ser de três meses. E como a lei permite a fragmentação desse período, tem havido modificações que em nosso entendimento não trazem benefícios. O ideal e mais compatível seria que os três meses fossem corridos, isto é, dezembro, janeiro e fevereiro.

Sabe-se que a PARANATUR tem gerenciado a respeito dessa alteração, inclusive dando outros Estados como exemplos, onde a empresa de turismo e a Secretaria da Educação local chegaram a um consenso.

Assim, Senhor Presidente, a medida a ser adotada pela Secretaria da Educação proporcionará melhor aproveitamento das férias pelos escolares, como também tende a beneficiar nosso turismo interno, através da agilização pela PARANATUR.

Convém ressaltar que o calendário de férias deverá ser fixado neste mês de outubro, a fim de ser implantado já no ano letivo de 1985.

O apelo que fazemos não é só nosso, como também é da PARANATUR e da própria população que melhor aproveitará aquele período de férias em favor do nosso turismo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Schwartz, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação do trecho ligando os Municípios de Formosa do Oeste a Alto Piquiri, passando pelo rio Piquiri no Apertado.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Achamos justo solicitar a pavimentação do trajeto acima, porque o mesmo será de excepcional valor a toda população destes municípios.

Considerando-se a respeitável importância de ambos por terem sempre contribuído com suas parcelas para elevar cada vez mais o desenvolvimento econômico de nosso Estado.

Considerando-se que há necessidade urgente de ligação adequada entre estes municípios, face ao seu expressivo crescimento em todas as áreas.

Considerando-se também que este elo de ligação beneficiará o escoamento da produção de algodão e gado aos demais estados é que apresentamos esta solicitação que por certo merecerá a atenção por parte de nosso secretário.

Para tanto, contamos com o apoio total dos nobres parlamentares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor DENI LINEU SCHWARTZ Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação do trecho entre os Municípios de Palotina e Francisco Alves.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) WENER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Empresas, comunidade e autoridades locais, estão unidas pelo mesmo objetivo, o de ver o trecho entre os Municípios de Palotina e Francisco Alves pavimentado.

É de vital importância para o perfeito escoamento de suas produções, acentuando cada vez mais o desenvolvimento econômico e social destes Municípios, que uma vez realizada proporcionará diminuição no tempo de percurso, menor desgaste e menor oneração de seus bens.

As condições de conforto e bem estar de uma sociedade, depende fundamentalmente do sistema de transporte que permitam o rápido e eficiente intercâmbio de sua população.

Palotina este importante município paranaense espera sensibilizar nossas autoridades para que num curto espaço de tempo se iniciem os trabalhos de pavimentação, porque não facilitará apenas o acesso a Francisco Alves, mas aos demais centros econômicos da região, outros estados, e na área internacional.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares, na aprovação deste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Cultura e Esportes, no sentido de que a mesma preste a este legislativo, informações concretas a respeito da "Cartilha Gralha Azul", principalmente nos seguintes aspectos:

1 - Quais as razões do pedido de exoneração da Professora Cecília Maria Vieira Helm, da Coordenadoria do Patrimônio Artístico da Secretaria da Cultura e do Esporte?

2 - Qual a posição tomada pela Secretaria, oficialmente, quando das denúncias da Prof. Cecília Maria Vieira Helm, de que a "Cartilha Gralha Azul" iria promover um grande escândalo didático-cultural, em função dos enganos, e informações adulteradas constantes do material preparado para ser um instrumento de fins didáticos?

3 - Qual a fase da publicação? Existem fotolitos prontos? A Cartilha já foi impressa?

4 - Qual o custo dos fotolitos e dos 500 mil exemplares da cartilha?

5 - Qual o teor do relatório pormenorizado encaminhado ao Secretário da Cultura e Esportes e ao Governador do Estado, pela professora Cecília?

6 - Houve participação da Secretaria da Educação na Co-

missão de Elaboração da Cartilha, de vez que ela será distribuída para alunos de 1.º e 2.º graus da rede estadual de ensino?

7 - Quem representava a secretaria da Cultura na Comissão que elaborou a Cartilha, e qual o seu parecer a respeito?

8 - Após as denúncias feitas, pretende a Secretaria continuar com seu trabalho, sem a necessária reanálise para reestruturação da cartilha, ou vai atender aos reclamos dos professores denunciadores e rever todo o material?

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, MD Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando uma ESCOPETA para a Delegacia de Polícia da cidade de Jataizinho.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado requerimento ao Secretário de Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, sugerindo que seja firmado convênio com oficina especializada na cidade de Londrina, para atendimento de veículos oficiais das delegacias de polícia.

Tal reivindicação vem de encontro à política de contenção de despesas do Governo Estadual, pois em caso de avarias, os veículos são encaminhados para Curitiba. O referido convênio, precedido de uma tomada de preços, atenderia as viaturas de duas microrregiões: AMEPAR e AMUNOP, reduzindo os custos de reparos.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo informações sobre a criação e instalação de um ambulatório psiquiátrico para o Distrito Sanitário localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

No dia onze de outubro no ano passado, apresentei em sessão plenária desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, requerimento dirigido a essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido da realização de estudos de um ambulatório psiquiátrico para o Distrito Sanitário localizado na Municipalidade de Campo Mourão. Na mesma oportunidade, afirmei que tal reivindicação se fundamentava na necessidade de eliminar diversos problemas no que diz respeito a prestação de uma assistência (que aliás não existe) às pessoas com problemas de ordem mental. Ademais, a mesma solicitação partia da louvável iniciativa da Ilustríssima Senhora Cidália Guimarães de Araújo, responsável pelo CETA - Centro de Triagem e Assistência Social sediado em Campo Mourão.

Neste sentido, cabe o pedido de informações uma vez que o pretendido benefício tem sido uma exigência cada vez mais mencionada pela classe médica, pelo setor assistencial e pelas instituições de caráter beneficente. Fato que verificou-se quando da realização do Primeiro Encontro Popular de Saúde do Município de Campo Mourão realizado no mês de Agosto. O mesmo evento, que aliás constituiu-se da maior

importância para aquela rica e vasta região do Vale do Piquiri-vaí, discutiu e aprovou entre outras questões, que é de fundamental importância "Resolver problemas de pacientes psiquiátricos em Campo Mourão", sendo esta proposta defendida especialmente pelo Doutor Fábio Caldas de Mesquita, Diretor do Departamento de Saúde e Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal daquela cidade.

Neste sentido, espera-se dessa Pasta um exame aprofundado sobre o assunto ora exposto, cujas razões já foram preconizadas em requerimento anterior, que culmine no encaminhamento de medidas que venham de encontro aos verdadeiros interesses do conjunto da população mourãoense (bem como de toda região) no que tange aquele setor.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido da realização de estudos objetivando a pavimentação asfáltica da PR-158, compreendendo a ligação da Municipalidade de Peabiru à Municipalidade de Terra Boa.

Recentemente, a Câmara Municipal de Peabiru esteve reunida. Entre os diversos assuntos discutidos, o que mereceu destaque foi o que diz respeito ao setor rodoviário a nível intermunicipal. Através de requerimento apresentado naquela mesma reunião, o Vereador e também presidente daquele Poder Legislativo, Excelentíssimo Senhor Olávio Silveira da Silva defendeu a pavimentação da rodovia ligando aquele Município a Terra Boa.

Trata-se de uma antiga reivindicação não somente das autoridades e população de Peabiru e Terra Boa, uma vez que a pavimentação da PR 158, além de ligar os dois Municípios servirá de interligação direta e indireta a outras rodovias, tais como a PR 082 (trecho Terra Boa - Cianorte); permitirá o encurtamento de distância dos usuários que se deslocam de Cianorte-Terra Boa-Peabiru-PR 317 (Peabiru-Campo Mourão).

Ademais, reconhecendo a importância do asfaltamento da PR 158, o Governo do Estado iniciou inclusive, alguns estudos no sentido de determinar sua construção, havendo realizado até mesmo a demarcação em um bom trecho, assim como obras de terraplanagem.

Outro fato a destacar sobre a necessidade da pavimentação da PR 158 é pela própria importância que envolve Peabiru e Terra Boa, respectivamente, no que se refere ao seu acelerado crescimento sócio-econômico verificado nos últimos anos, fazendo com que os mesmos tomassem os mais importantes dos Municípios que formam a microrregião Doze.

Neste sentido, em face da enorme importância que se reveste tal reivindicação, espera-se dessa Secretaria de Estado dos Transportes, o encaminhamento do que ora é exposto, concretizando deste modo, um velho sonho daquela vasta região, notadamente da população de Peabiru e Terra Boa.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido de que sejam estudadas as reais condições de liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na construção de um ginásio de esportes na Municipalidade de

Moreira Salles.

Possuindo um contingente populacional superior a dezoto mil habitantes, (de acordo com pesquisa realizada pelo Censo em 80) distribuídos em uma área de 377, 66 quilômetros quadrados, Moreira Salles tem o seu desenvolvimento sustentado pelas atividades agrícolas e pecuárias, destacando-se também um comércio que apresenta boa diversificação. Tais fatores constituem-se aspectos preponderantes no processo desenvolvimentista daquele Município, fazendo com que o mesmo, tenha grande e reconhecido destaque paranaense, notadamente na Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM).

Mesmo diante da crise, no que diz respeito ao crescimento global, junto à Administração Municipal, acusou-se nos últimos tempos, um aumento dos valores obtidos através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), em face a implantação de várias unidades de produção relacionadas nas atividades agropastoris (valendo aqui destacar o surgimento de uma destilaria de álcool que atraiu um número muito grande de mão-de-obra além das próprias divisas proeminentes do seu ramo).

Considerando que tal realidade conjuntural, por outro lado, faz com que modificações em termos de desenvolvimento sejam acompanhadas dos parâmetros sociais; em outras palavras, significa a determinação de prioridades capazes de proporcionar aos cidadãos de Moreira Salles, o bem-estar social compatível com as necessidades verificadas.

Procurando fazer uma administração fundamentada em princípios que reflitam os reais anseios do conjunto da população moreira-sallenses, a Prefeitura Municipal constatou que, dentre tantas outras prioridades, ser de capital importância oferecer condições que estimulam e ao mesmo tempo permitam o desenvolvimento seguro da prática do desporto. Pois, atualmente, a cidade de Moreira Salles não conta com um local para tal finalidade, o que só tem acarretado diversos transtornos, uma vez que existe grande interesse geral para com o esporte.

Neste sentido, a Prefeitura Municipal, por iniciativa de sua chefia, o Excelentíssimo Senhor Doutor Aldenizio dos Santos Maia, determinou a realização de estudos objetivando a construção de um ginásio de esportes. As discussões a respeito do assunto encontram-se em fase bastante adiantada, havendo inclusive algumas conclusões preliminares, porém muito importantes: a capacidade do ginásio deverá ser superior a dois mil lugares (devendo no entanto oferecer dois mil e quinhentos lugares); sua construção terá cerca de dois mil metros quadrados de área total, devendo a mesma ser coberta.

Fora de qualquer dúvida, a pretendida edificação de uma praça esportiva naquela cidade, permitirá a promoção de eventos das mais diversas modalidades, não somente a nível local, mas também no âmbito regional. Ademais, servirá o mesmo ginásio para a realização de atividades culturais e artísticas, tais como apresentações musicais, teatrais, beneficentes, cívicas e comemorativas.

A participação dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte é imprescindível, através de estudos quanto a sua viabilidade, assim como na liberação de recursos de ordem financeira, já que a referida obra empregará grande soma de dinheiro; o que não deve se limitar somente à aplicação dos recursos dos cofres municipais.

Diante das razões aqui apresentadas, espera-se que essa Pasta dê o encaminhamento necessário à reivindicação, por ser a mesma de grande interesse da população, tantas vezes manifestadas.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas

atribuições regimentares, REQUEREM, após aprovação do Plenário, seja solicitado à Secretaria de Estado dos Transportes informar sobre a situação em que se encontra a sinalização das rodovias paranaenses respondendo especificamente o seguinte:

- 1) — Quais as rodovias estaduais que apresentam placas de sinalização com pichação eleitoral?
- 2) — Qual o número de placas sinais, painéis, avisos, pichados com inscrições "Cândido", "Cândido 86", "Eu sou Cândido, e você", ou outras afirmações deste gênero?
- 3) — Qual o custo financeiro para o DER recuperar esta sinalização?

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) ROBERTO REQUIÃO, NILSO SGUAREZI, NELSON VASCONCELLOS, ADHAIL SPRENGER PASSOS, MÁRCIO ALMEIDA, AMÉLIA HRUSCHKA, SABINO CAMPOS, ARTAGÃO MATTOS LEÃO, TADEU LÚCIO MACHADO, DIRCEU MANFRINATO, MÁRIO PEREIRA, HOMERO OGUIDO, EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

A manutenção da lei é obrigação de todos os cidadãos, principalmente àqueles investidos em funções públicas. No caso das famosas pichações eleitorais, já de muito debatidos em todos os níveis, além de provocar uma distorção paisagista, imunda muros, paredes, prédios históricos e etc.

Tal atitude além de não ser urbana e civilizada, fere frontalmente os dispositivos legais contidos no Colégio Eleitoral, em seu art. 328 que assim se expressa.

"Art. 328 — Escrever, assinalar ou fazer pinturas em muros, fachadas ou qualquer logradouro público, para fins de propaganda eleitoral, empregando qualquer tipo de tinta/piche, cal ou produto semelhante:

Pena — detenção até seis meses e pagamento de 40 a 90 dias-multa.

§ Único — Se a inscrição for realizada em qualquer monumento, ou em coisa tombada pela autoridade competente em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico.

Pena — detenção de seis meses a dois anos de pagamento de 40 a 90 dias-multa.

Ainda a matéria, diz o art. 329 do Código Eleitoral:

"Art. 329 — colocar cartazes, para fins de propaganda eleitoral, em muros, fachadas ou qualquer logradouro público:

Pena — detenção até dois meses e pagamento de 30 a 60 dias-multa.

E cumpre ressaltar que, mesmo agente do dano promova a restauração antes da sentença final, não ficará impune a uma condenação, tendo tão somente o benefício de uma redução, como preceitua o art. 330 do mesmo Código.

Se no passado, tal atitude foi tolerada pela atual oposição não significa que possa atitude tenha que ser a mesma, como bem disse o Secretário do PDS em nosso Estado, em recente entrevista no periódico Gazeta do Povo às fls. 7 no dia de hoje, 25.09.84, assim se expressou.

"... não se justifica em eventual erro respaldando-se no fato de que ele não é novidade. Depois, se o PMDB foi incompetente como oposição, não lhe cabe o direito de pretender TRANSFERIR-NOS seu ritmo de incapacidade para vigiar os atos que estão no poder. Este é o tipo de "Know-how" que não pretendemos colher".

Na verdade, este aviso do Secretário Geral do PDS não nos faz justiça, pois assim como fomos vigilantes no passado, quando éramos oposição, o somos agora que estamos no Governo. E é em nome dessa vigilância que apresentamos este requerimento, para termos, publicamente, a notícia de atos ilegais por parte de homens públicos de nosso Estado.

Por outro lado, não podemos deixar de olhar a ótica do prejuízo que tais atitudes ilegais provocam na administração

pública, na reparação dos danos causados, estes muito mais importantes do que a desfaçatez daqueles que se locupletam de suas funções em benefício próprio, no afã de saírem do ostracismo que se encontram após a livre escolha do ancoradouro seguro de uma função pública vitalícia conseguida por injunções espúrias e politiqueras.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer pedido de informações ao Poder Executivo sobre critérios de cessão das dependências do Grande Auditório do TEATRO GUAÍRA, bem como seus custos operacionais e pagamento de aluguéis.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofício à Casa Civil, com o objetivo de obter as seguintes informações:

1) — Qual a destinação legal das dependências do GRANDE AUDITÓRIO do TEATRO GUAÍRA.

2) — Quais os critérios vigentes para ceder as instalações do grande auditório do Teatro Guaíra.

3) — Qual o valor de aluguel que é cobrado para ceder o grande auditório do Teatro Guaíra.

4) — Quais os componentes de despesas que concorrem para cada utilização do grande auditório do Teatro Guaíra, indicando o valor de cada um deles.

5) — Desde 15 de março de 1983, quantos pedidos para celebração de FORMATURAS, no grande auditório, foram encaminhados ao Teatro Guaíra, e quantos foram atendidos e, em caso de indeferimentos, qual a razão de cada uma das rejeições.

6) — Desde sua inauguração, até hoje, quantas vezes e em que datas o grande auditório foi utilizado para manifestações de caráter político partidário, informando, em cada um dos casos, qual a agremiação política que o utilizou e com que fim específico.

7) — Qual a programação detalhada do evento realizado no dia 21 de setembro de 1984, às 20 horas e 30 minutos, no grande auditório do Teatro Guaíra e quem solicitou o empréstimo ou aluguel das dependências, informando se a solicitação foi verbal ou por escrito, indicando também a respectiva data em que ingressou o pedido.

8) — Relativa a reunião verificada em 21 de setembro do corrente ano, no grande auditório do Teatro Guaíra, informar:

a) — Quantos funcionários de nível operativo foram acionados, durante quanto tempo cada um, e qual o respectivo custo por funcionário.

b) — Quantos funcionários de apoio administrativo foram utilizados, durante quanto tempo cada um, e qual o respectivo custo por funcionário.

c) — Quantos funcionários de grupos artísticos da Fundação foram acionados, durante quanto tempo cada um deles e qual o respectivo custo por funcionário.

d) — Em quanto importou o custo de limpeza das instalações, após a realização do evento.

e) — Qual o dispêndio com consumo de energia elétrica e água, durante o espetáculo.

f) — Quais os dispêndios de ornamentação, indicando que tipo de despesas (discriminando-as) e a razão social dos fornecedores.

g) — Quais os danos verificados nas instalações e, em caso afirmativo, qual o valor de sua recuperação.

9) — Quem efetuou o pagamento pela cessão do grande auditório do Teatro Guaíra, para o evento de 21 do corrente, quanto foi pago e em que data verificou-se o pagamento.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

I — O Teatro Guaíra é um sacrário das manifestações artísticas e culturais, e cabe ao Legislativo, em nome do povo, fiscalizar a sua correta utilização, visando preservar esse espaço cultural que deve, sem dúvida, ser mantido incólume diante das investidas irresponsáveis daqueles que, eventualmente ocupando o poder, desrespeitam as mais elevadas tradições paranaenses.

II — Diante das notícias da utilização indevida das dependências do GRANDE AUDITÓRIO do TEATRO GUAÍRA, as informações, num regime de legalidade, que nós defendemos, e face a propalada e alardeada TRANSPARÊNCIA da administração estadual, são necessárias a fim de chamar a responsabilidade daqueles que tiveram participação ativa no episódio lamentável.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer pedido de informação à Secretaria de Cultura e Esportes e à Fundação Teatro Guaíra, sobre a cessão do Grande Auditório do Teatro Guaíra para o evento realizado em 21 do corrente mês e ano e o não cumprimento de determinação judicial.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, o envio de ofício à Casa Civil com o objetivo de obter as seguintes informações, junto à Secretaria de Cultura e Esportes e junto à Fundação Teatro Guaíra:

1) — Qual o funcionário da Fundação Teatro Guaíra que recebeu, na noite de 21 de setembro do corrente ano, a comunicação telefônica do Sr. Diretor Secretário do Tribunal Regional Eleitoral, informando sobre a determinação do Excelentíssimo Senhor Presidente daquele egrégio Tribunal no sentido de se impedir o uso das instalações da FUNDAÇÃO DO ESTADO, para a realização do encontro programado.

2) — A que horas verificou-se a comunicação do Sr. Diretor Secretário do TRE e qual a fase da programação que estava se desenvolvendo naquele exato momento.

3) — Quais as fases da programação que se realizaram após recebida a comunicação referida no item UM.

4) — Quais as providências que o funcionário tomou, após recebida a comunicação do item UM.

5) — Onde se encontravam o Senhor Secretário da Cultura e Esportes e o Senhor Superintendente da Fundação Teatro Guaíra, na noite de 21 de setembro do corrente ano, e quais as medidas que cada um deles tomou no sentido de acatamento da ordem da Justiça Eleitoral.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) TUGUIO SETOGUTTE.

JUSTIFICATIVA:

I) — Em data de 21 de setembro de 1984, às 20h20m, realizou-se, nas dependências do GRANDE AUDITÓRIO do Teatro Guaíra, o "Encontro de Lideranças do PMDB", ao arripio do artigo 377 do Código Eleitoral Brasileiro e maculando a destinação tradicional daquele que é maior centro de manifestações artísticas e culturais do Estado do Paraná.

II) — As informações solicitadas são imprescindíveis para que se esclareça, devidamente, a razão pela qual os administradores públicos responsáveis pelo Teatro Guaíra, deixaram de cumprir a ordem da Autoridade Judicial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa Legislativa, do editorial do

Jornal INDÚSTRIA E COMÉRCIO, do dia 24 de setembro do corrente ano, sob o título O ZELADOR DAS CONTAS E O DO POVO.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Implantação da Tribuna Livre nesta Casa de Leis tem sido motivo de um intenso e rico debate sobre o real papel do Poder Legislativo.

Tal debate supera os limites das discussões em Plenário e envolve, decididamente, os mais diversos segmentos da sociedade.

Portanto, deve ser saudada com o maior entusiasmo toda e qualquer iniciativa que venha a contribuir para um melhor esclarecimento da coletividade em torno da referida polêmica.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Assembléia Legislativa a matéria "Tribuna Livre, proposta para um novo Legislativo", publicada no último domingo, dia 23 de setembro de 1984, pelo jornal "O Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido Plenário, a transcrição nos Anais da Casa dos Termos da petição encaminhada pelos Deputados Luiz Alberto Martins de Oliveira e Ailton Ravaglio Cordeiro ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Desembargador Clementino Schiavon Puppi, bem como dos termos do despacho por ele exarado às 20h20m do dia 21 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA e AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A justificativa para o presente requerimento encontra-se vasada nos próprios termos da petição, cuja transcrição ora se requer.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 155/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1º — Acrescente-se ao Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, onde couber:

Art. — Os Projetos de Lei que tenham por objetivo a concessão de títulos de cidadania honorária, antes de lidos em Plenário e iniciar a tramitação normal por esta Casa, serão submetidos à apreciação de Comissão Especial interpartidária, composta por três membros e constituída por indicação das lideranças, respeitada a proporcionalidade das representações partidárias.

§ 1º — A Comissão Especial terá um prazo de quinze (15) dias para emitir parecer sobre os méritos do proposto, levando em consideração, principalmente, os bons serviços que este, eventualmente tenha prestado ao Estado.

§ 2º — A falta do pronunciamento da Comissão Especial dentro do prazo estabelecido do parágrafo anterior, prejudicará o projeto, que será considerado rejeitado pela Comissão.

Art. — Os projetos que não merecem aprovação, nos termos do disposto no Artigo anterior, serão arquivados, dando-se ciência ao seu autor, ao qual caberá recurso à Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A concessão de título de cidadania honorária é uma das mais altas honrarias concedidas pelo Estado e tem como finalidade reconhecer os bons serviços prestados efetivamente, ao Paraná.

O desvirtuamento de tal prática, pela concessão indiscriminada e copiosa de tais títulos, além de diminuir a importância que se lhe deve prestar, expõe o Legislativo a posições sérias, que, se até aqui não ocorreram, ainda poderão ocorrer.

Nestas condições, justifica-se plenamente o presente projeto, no qual se toma o indispensável cuidado em proceder a um exame prévio das propostas apresentadas, antes de se lhes dar publicidade, evitando-se assim, constrangimento tanto para o autor, como para o homenageado, em caso de rejeição.

Projetos de Lei:

Projeto de Lei Nº 241/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS EPILEPTICOS DE PATO BRANCO”, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) CAÍTO QUINTANA e NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A documentação em anexo, comprova plenamente que a “Associação dos Epiléticos de Pato Branco” preenche os requisitos legais necessários à sua declaração de utilidade pública, eis que possui personalidade jurídica e está em efetivo funcionamento, prestando desinteressadamente serviços à coletividade, desde a sua fundação, em maio do corrente ano, tendo inclusive sido declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei nº 572, de 20.08.84.

Acresce ressaltar que a referida Associação não distribui dividendos ou gratificações a seus associados e os cargos de sua Diretoria são exercidos sem qualquer remuneração.

A presente iniciativa, além de inserir a entidade no rol legal do reconhecimento público, significa também um aplauso e incentivo ao muito que essa Associação vem realizando e certamente continuará a realizar na área de benemerência, objetivando a integração do epilético na sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 242/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BOQUEIRÃO — AMOB, no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A Associação que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sede e foro no município de Ponta Grossa e está devidamente registrada sob nº 514 do livro 2-A do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Ponta Grossa.

Foi fundada em 7 de agosto de 1983 com a finalidade de prestar serviços sócio-comunitários aos seus associados, sem visar lucros, tendo como principais objetivos: promover o entrelaçamento entre a comunidade, no sentido de juntos encontrarem condições adequadas para plena realização das funções de optar,

Curitiba, terça, em 25/09/84

trabalhar, recrear e de se desenvolver.

Neste ano, durante curto período, entre outras atividades, a Associação realizou alguns cursos profissionalizantes, campanhas de gênero alimentício para desnutrição, palestras e orientações referente hortas comunitárias e atendimento aos desempregados.

Pelo exposto, apresentamos para apreciação dos nobres Pares o presente projeto de lei, esperando o respectivo apoio e aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 243/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “AMOR-VIVE — ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE VILA VELHA”, no município de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sede e administração em Vila Velha e foro na cidade de Ponta Grossa. Foi fundada em 28 de outubro de 1983, e está devidamente registrada sob nº 559 do livro 2-A do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Ponta Grossa.

Não tendo fins lucrativos, a referida Associação tem como finalidade: identificar, mobilizar ou formar novos grupos capazes de representar os diversos interesses dos moradores, para que estes tenham condições de resolver seus problemas comuns e individuais; congrega todos os moradores da Vila Velha, sem quaisquer distinções, para obtenção da elevação de qualidade de vida da comunidade.

Ainda é objetivo da Associação manter estrita colaboração e entrosamento com os órgãos públicos; buscar recursos institucionais disponíveis de âmbito Federal, Estadual, Municipal, oficiais ou particulares, para a execução de suas diretrizes; reivindicar junto aos órgãos públicos melhorias, reparos ou implantações de serviços de infra-estrutura e equipamentos urbanos; promover atividades que tenham a finalidade de otimização dos padrões de renda, saúde, educação, recreação e esporte para a comunidade; reivindicar e manter, de acordo com os interesses comuns, equipamentos sócio-comunitários.

Portanto, submetemos o presente projeto de lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando a final sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 244/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA PAULA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A Associação que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e administração no Conjunto Residencial Santa Paula, e foro na cidade de Ponta Grossa, é situada no Bairro de Nova Rússia, Município de Ponta Grossa, foi fundada em 10 de novembro de 1979 e está devidamente registrada sob nº 230 do livro A-2 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Ponta Grossa.

Sem fins lucrativos, tão somente visando conseguir melhorias e o desenvolvimento comunitário, estão inseridas em seus

estatutos as seguintes finalidades: a congregação de todos os moradores sem quaisquer distinções; o desenvolvimento de atividades recreativas, sociais, esportivas, assistenciais e culturais; representar o conjunto e pleitear junto às autoridades e instituições para solução das necessidades da comunidade; conseguir e manter a participação ativa e contínua dos moradores na solução dos problemas comuns e individuais.

Assim sendo, apresentamos aos nobres Pares o presente projeto de lei, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 245/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, está devidamente registrada no Cartório competente desde 26 de novembro de 1979, em plena atividade e sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto, promovendo tão somente o conagraçamento, a aproximação, a cordialidade, a cooperação, a camaradagem e o desenvolvimento das tendências naturais da sociabilidade pela prática de atividade de caráter social — recreativo, cultural e esportivo.

Portanto, submetemos o presente projeto de lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando afinal, a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 246/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de “Cidadão Honorário do Paraná” ao Senhor Doutor HERÁCLITO FONTOURA SOBRAL PINTO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Através do brilhante currículo que estamos anexando ao presente plano de lei, justifica-se, por si só, da justa homenagem que pretendemos prestar ao ilustre homem público de nosso País.

PROJETO DE LEI Nº 247/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA “12 DE OUTUBRO”, com sede e foro em Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços no campo da assistência

social e filantrópica, à comunidade de Mal. Cândido Rondon, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal através da Lei n.º 1.476, de 08 de agosto de 1984.

A documentação que juntamos ao presente comprovam o preenchimento das exigências legais previstas no estatuto da utilidade pública estadual — Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Com isso apresentamos o presente plano de lei que esperamos receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 248/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 3.º da Lei n.º 5493, de 31 de janeiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º — O valor dos direitos reais de uso ou habitação, vitalícia ou temporária, será igual à metade do valor total do imóvel, correspondendo o valor restante à propriedade separada daqueles direitos”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos suprimir a exigência do recolhimento da SISA nas transações imobiliárias gravadas com a cláusula de Usufruto, bem como na sua instituição a qualquer título.

O recolhimento da SISA nas constituições, nas cessões, nas renúncias ou desistências de Usufruto tem gerado muitas controvérsias. O mesmo se pode afirmar com respeito aos direitos sobre imóveis.

De fato, como está, são poucos os que transacionam com a cláusula de Usufruto, resultando daí que o Estado só recebe o SISA nas vendas e nas sucessões, após a morte do proprietário, por ocasião do inventário — de modo geral, depois de passados vários anos e com evidentes prejuízos.

Já no que diz respeito aos direitos a ele relativos, mencionados na Lei Estadual n.º 5464, a confusão é maior: enquanto a Constituição Federal, em seu art. 23, fala em “direitos reais sobre os imóveis”, a Lei diz “direitos relativos”. Assim, a parceria agrícola, o arrendamento rural, a servidão, a permuta, o comodato, o aluguel e uma infinidade de outros direitos aos imóveis, além do Usufruto, não recolhem SISA.

Nossa intenção é exatamente corrigir tais distorções, daí porque o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 249/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada de “RODOVIA JÚLIO ZACHARIAS”, a Rodovia PR-555, que interliga a BR-376 à PR-559 passando pelas sedes dos Distritos de Barão de Lucena e Nova Bilac.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, tem como escopo homenagear um dos pioneiros do Município de Nova Esperança, o Sr. Júlio Zacharias. Falecido recentemente, deixou um legado de trabalho e honestidade. Como pessoa humana, bom chefe de família, agricultor e político; lutou nos anos de 1951 - 1952, pela emancipação política de Nova Esperança, sua luta continuou, elegeu-se vereador por várias legislaturas chegando a ser Vice-Prefeito de

Nova Esperança.

Pessoa de grande influência e de decisões altamente benéficas ao município, trouxe nova luta pela criação da comarca e foi vitorioso em sua reivindicação, obviamente com seus companheiros que sempre respeitaram e acataram sua incontestável liderança, o seu pioneirismo marcou época. Pela sua coragem e destemor em busca do progresso, sua figura humana ficou gravada para sempre nos semblantes dos nova-esperancenses.

Com seu desaparecimento, ficou uma lacuna a ser preenchida, razão pela qual apresento o presente plano de lei, a fim de se prestar uma justa homenagem, que temos certeza merecerá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos à Mesa hoje, um requerimento solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do Editorial do jornal "Indústria e Comércio", do dia 24 de setembro do corrente ano, sob o título "O Zelador das Contas e o do Povo", e passo a ler, Sr. Presidente.

"Segundo o Presidente do Tribunal de Contas, os órgãos de divulgação do Estado são cooptados pelas verbas oficiais que recebem para plantar notícias inverídicas. O "estrilo" revoltado do Sr. Cândido Martins de Oliveira nasce das dificuldades que as duas mensagens do Governador do Estado encontram no Legislativo.

Justo é que o jovem Presidente da Corte, a quem se delega missão tão importante de caráter constitucional, fique indignado com interpretações precipitadas.

Nada, porém, o autoriza a perder o senso de serenidade exigida em todo o homem público e muito mais em função do papel que lhe atribuíram os seus colegas, como Presidente do Tribunal, a lançar-se contra o Poder Legislativo, atingindo, de certa forma, os demais que não resistiriam a uma fiscalização superficial, segundo a sua reflexão.

Como o Presidente, ao movimentar a sua metralhadora giratória, atingiu os meios de comunicação, além de todos os poderes do Estado, é justo não apenas que registremos o seu ponto de vista como também estranhemos que não deixe claro "as mazelas de outros poderes" a que alude.

O Tribunal de Contas não é um Poder, mas uma instância apropriada para dar respaldo à função legislativa, quer a estadual como a municipal, no exame da legalidade orçamentária dos atos, assumindo na especificidade dessa competência e jurisdição a característica de órgão técnico, zelador da contabilidade pública.

Como de resto, a imprensa chamada, retoricamente, de "quarto poder", apenas alegoricamente o exerce, já que se constitui numa instituição da sociedade humana que precede ao Estado. E esse "munus" não a libera de ser combatida no Legislativo e punida no Judiciário.

O Governador do Estado nem sempre tem as suas mensagens, por mais justas que sejam, aprovadas pelo Legislativo e nem é essa a função do poder político por excelência, já que pode desaprová-las e emendá-las, a despeito dos terríveis limites que o centralismo neste País lhe fixou ao impedir — e isso não é de hoje — iniciativas que impliquem em aumento da despesa.

O Presidente do TC, jovem como é, e cioso das prerrogativas que entende como suas, tem toda a razão em lutar pela aprovação das mensagens, já que foram estudadas e avaliadas pelos Órgãos próprios do Executivo. Entende-as como legais e morais, embora ache que não estejam revestidas dessa aura as

emendas e substitutivo propostos.

Há no sistema de freios e contrapesos da Constituição, meios de regular tais conflitos. Cândido Martins de Oliveira, que já foi Deputado, sabe porém, que não é este o caminho.

Afirma que não nomeou ou contratou um só funcionário no quadro efetivo do Tribunal, mas ao referir-se à revogação do concurso seletivo interno não pode esquecer que o fez sob pressão de ação popular que suscitara a ilegalidade do ato.

É verdade que os dirigentes da OAB que a propuseram, não acionaram outros poderes do Estado que tivessem incorrido em prática assemelhada. Mas isso não está em questão, pois o instituto da ação popular pode ser acionado por qualquer cidadão.

A imprensa não cria fatos, como uma certa doutrina insinua com seu zelo paranóico ante o psicossocial. Ela tenta documentar a realidade, mesmo quando esta se mostra difusa e confusa como se dá na reação do Presidente do TC. Ele, como o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, e a própria imprensa estão, porque humanos e falíveis, sujeitos a erros".

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Empresa de Comunicação é concessão de serviço de interesse público. Acima dos interesses comerciais, o direito do povo em ser informado corretamente e o dever ético da Empresa de Comunicação em cumprir a sua função.

No entanto, Sr. Presidente, comenta-se nas rodas de jornalismo que cobrem esta Assembléia, que alguns veículos já estabeleceram restrições a tantos Deputados que, em breve, os jornalistas de determinadas empresas, para cobrir a Assembléia, terão que cobrir a Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Ainda bem que esta é uma atitude isolada, uma atitude minoritária e rejeitada pela Maioria, como é rejeitada pelo conjunto da Nação, a Minoria Malufista.

A prática do index proibitório é anti-democrático. Na verdade, não é consequência de divergências pessoais. É consequência de um medular conservadorismo, que não encontra mais lugar no Brasil democrático. Os conservadores, como diria o ex-Ministro Armando Falcão, na época em que cassava comunistas embaixo da própria cama, os conservadores insistem, persistem, se obstinam, e não desistem da tarefa inglória de tentar deter a marcha da história, a marcha do processo nacional de democratização.

Mas nem tudo é assim, Sr. Presidente, hoje é o Dia do Radialista, do combatente diário da informação, do soldado da democracia. E eu estou encaminhando à Mesa um requerimento, para que seja consignado em Ata um voto de regozijo e de congratulação desta Assembléia, pelo transcurso do Dia do Jornalista e da Radiodifusão.

Também alguns veículos estão encarando com muita seriedade a sua função de comunicação e informação. E eu queria destacar nesta oportunidade, a iniciativa da Cadeia do Estado do Paraná e do Canal 4, em levar ao ar um debate sobre a tribuna livre, com a participação deste Deputado e do Líder do PDS, Luiz Alberto Martins de Oliveira, bem como de representantes do Diretório Central de Estudantes da Católica, da Associação de Funcionários Públicos e da Associação Paranaense de Professores.

Debate oportuno e profícuo, uma vez que em função dele, estou apresentando uma emenda ao projeto de tribuna livre, abrangendo sugestões da Liderança do PDS, e sugestão de iniciativa do Professor Izaías Ogliari, Presidente da Associação dos Professores do Paraná.

Iniciativas como estas nos animam, iniciativas como estas valorizam a Empresa Privada Jornalística, não conservadora,

inserida no contexto do Processo Democrático, que o País almeja.

Eu reclamo dos meus companheiros, deputados nesta Assembléia, apoio à iniciativa do Canal 4, e do Jornal Estado do Paraná, e ao voto de congratulações, ao Dia da Radiodifusão e do Jornalista.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada. Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O “jus spemiandi” é um direito que assiste a todos.

Cada um vale-se dele como pode: esbraveja, sofisma, impera tratos e troças, seja lá o que for, mas não consegue escapar às evidências, à veracidade dos fatos, à dura realidade.

Hoje os homens do PMDB estão como aqueles que foram pegos com a mão na botija e procuram disfarçar, balbuciando desculpas, tertamudeando contrafeitos, olhos baixos, tentando encarar quem lhes pegou no triste flagrante.

Cometeram um deslize. Programaram para um próprio público o ato de evidente cunho político-partidário, com claro e definido objetivo de fazer proselitismo político em favor de seu candidato, candidato de uma aliança espúria que escarneceu do povo nas concentrações populares que promoveram para, enganosamente, mostrarem-se como arautos das eleições diretas quando, na verdade, apenas pretendiam a conquista do Poder pelo poder, a qualquer custo, sob qualquer forma, em qualquer condição.

Pois programaram o evento para o Teatro Guaíra, no qual além do mais, iriam prestar homenagem ao presidente nacional do Partido.

Ora, senhores, há alguém aqui que possa negar o caráter proselitista daquele encontro, que depois se tentou mascarar com uma reunião de estudos dos problemas brasileiros e paranaenses, como assinalam em nota oficial distribuída à imprensa e publicada na edição de ontem dos jornais, em contradição com o que haviam afirmado na Carta Política de Curitiba, divulgada no sábado, na qual mencionavam a eleição de Tancredo Neves.

Ora, só surdo não ouviu o que se disse, ou surdos ou de ouvidos de pouco entendidos. Como disse, o “jus spemiandi” é de surdos, mas é patética a alegação de que o PDS já se utilizou de próprios públicos para seus eventos. Mas não eram eles, os homens do PMDB, os enviados da renovação. Renovam o que? Cometem-se os mesmos erros, se erro houve por parte do PDS no passado?

Erro praticado por quem com eles se alinham hoje nesta aliança que nivelou a todos por baixo.

Companheiros nossos do PDS tentaram sustar a realização do encontro, pelo manifesto caráter político-partidário de que ele se revestia. Dirigiram petição ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que diante de fundamentação e com base no que dispõe o artigo 377 do Código Eleitoral, determinou as providências necessárias para impedir o uso do Teatro Guaíra para a realização do evento programado.

Esse despacho o Excelentíssimo Desembargador Clementino Schiavon Puppi exarou às 20 horas e 20 minutos daquele dia 21, portanto 10 minutos antes do início oficial do encontro.

Dele o Presidente do Diretório Regional do PMDB bem

como o diretor do Teatro Guaíra tomaram ciência, mas porventura acatarem a determinação daquela autoridade? Não, por certo julgaram estar brincando o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, por certo julgaram que aquela autoridade não tinha competência para intrometer-se em matéria de tal natureza.

Baseara-se o ilustre desembargador em preceito do Código Eleitoral, em seu artigo 377. O texto é claro. Por ventura não pretendeu o PMDB beneficiar-se politicamente com a realização do encontro? Não estava ele fazendo proselitismo político-partidário, pregando a sua candidatura às eleições presidenciais?

Não queiram agora os homens do PMDB tentar tapar o sol com a peneira. Infringiram a lei, um dispositivo de lei que só tem plena eficácia quando acionado a “anteriori” do fato consumado, quando efetivamente impede a utilização de serviços e instalações públicas para disso tirar proveito político-partidário.

Mas não se contentaram em transgredir a lei uma só vez, persistindo no seu propósito de levar a reunião a seu termo. Não! Desacatarem a decisão do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; fizeram ouvidos moucos, infringindo dessa forma o artigo 344 do mesmo Código Eleitoral, não acatando a decisão daquele magistrado. Não! Para o PMDB a lei é letra morta, nada vale, pois os arautos da renovação a tudo querem revogar, a tudo querem renovar desde que não se afine com seus propósitos e interesses.

De todas as artimanhas se valeram para derrogar a lei que dispõe sobre o processo de eleição presidencial para janeiro de 1985, mas só até o momento em que, pela solécia de alguns traidores e oportunistas, vislumbaram a possibilidade de se assenhorear do poder por essa via. Como os beneficia, como acham agora que têm a possibilidade de chegar ao poder, então, então a lei passa a ser boa, a ter validade e eficácia, não mais é preciso sofrer qualquer modificação.

Com que espécie de lei então iríamos viver se porventura chegassem esses ao Poder da Nação? Por certo viveríamos no império do caos e não da ordem que emana da lei”.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado. (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta tarde, dois assuntos nos motivam para ocupar a palavra nesta tribuna.

O primeiro deles, relativo à informática. Como todos os companheiros parlamentares desta Casa sabem, e vários já se manifestaram a respeito, tramita hoje no Congresso Nacional, projeto de lei de autoria do Executivo, dispondo sobre vários aspectos relativos ao setor de informática nacional. O mais polêmico deles e que vem chamando a atenção da sociedade toda e dos setores diretamente envolvidos, diz respeito à reserva de mercado. Nós, em oportunidade anterior, nesta Assembléia, já nos posicionamos, juntamente com outros Deputados, favorável ao eixo dessa mensagem do Governo Federal, acrescida das modificações que a Bancada do PMDB, no Congresso Nacional, encaminhou à Comissão Mista que estuda o assunto.

E hoje, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a nossa intenção é registrar o processo de criação em cur-

so no Estado, do Sindicato dos Empregados de Empresas de Processamento de Dados, Programadores, Operadores de Computador, Perfuradores e Digitadores do Estado do Paraná.

Ainda na condição de Associação pré-sindical, os trabalhadores nessa área no Estado todo, desenvolvem intensa movimentação, buscando criar a sua entidade de classe representativa, e apta a levar adiante os seus interesses como trabalhadores que são desse setor que está prestes a ser regulamentado pelo Congresso Nacional.

Já existe no Paraná a Associação de Profissionais de Processamento de Dados, a APPD, não só no Paraná, como na maioria dos Estados brasileiros.

No entanto, essa entidade não tem o cunho sindical como pretende ter, como se encaminha a atual associação profissional.

Julgamos oportuno que a Assembléia Legislativa do Paraná apoie os esforços que os trabalhadores na área de informática do Estado vem desenvolvendo não só em torno das questões da política nacional de informática, como a reserva de mercado, não só também em torno da questão da regulamentação das profissões que também já é um outro projeto de lei já aprovado pela Câmara dos Deputados, que tramita no senado, mas que também pretende, aqui no âmbito estadual, enquanto a Associação pré-sindical e num futuro breve esperamos, como Sindicato da categoria, como mais uma força aliada dos interesses nacionais, na construção de um setor de informática vital para toda a Nação, para toda a sociedade, a cada dia que passa.

O nosso interesse portanto, nesse primeiro assunto, Sr. Presidente, é solicitar que a Assembléia Legislativa do Estado e isso fazemos através de um requerimento encaminhado à Mesa, que a Assembléia demonstre na prática o seu apoio à organização dessa nova categoria profissional, reconhecida já pelo Ministério do Trabalho, como categoria, mas em curso a sua regulamentação por outra lei de âmbito federal. Essa Associação pré-sindical, juntamente com a APPD do Paraná, realizará aqui na Assembléia Legislativa do Estado, no próximo dia 26 de outubro, o seu 1.º Encontro Estadual de Processamento de Dados.

Eu creio que compete a este Poder, transmitir às lideranças desse movimento o seu apoio e a sua solidariedade.

O segundo assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz respeito à energia elétrica no Estado do Paraná. Ainda recentemente, tivemos oportunidade de mais a fundo tomarmos conhecimento da evolução da política energética, mais, particularmente, na área da COPEL no Estado e em especial na Região do Norte do Estado, da Região de Londrina, na Região da Superintendência Norte da COPEL. (Lê):

“Na época da campanha eleitoral de 82, o setor energético foi considerado uma das principais prioridades do PMDB e como tal foi colocado em prática logo no início do governo José Richa.

Partindo de um plano de expansão da rede elétrica do Estado, os trabalhos neste setor foram iniciados graças ao potencial e a condição da COPEL, o que resultou na escolha, através do Banco Mundial, para testar um programa de eletrificação rural no Brasil. Foram canalizados 104 milhões de dólares para um atendimento a 88 mil propriedades rurais. É bom lembrar que até o início desta administração apenas 9 por cento do total de propriedades rurais contavam com ligações elétricas. No final do governo Richa, cerca de 42 por cento das propriedades já estarão integradas ao sistema, sendo que já existem 18 mil na zona rural. A aceitação do programa está acima das expectativas e já é certo que mais de 700 mil paranaenses do meio rural con-

tarão com o serviço. A enorme receptividade deve-se principalmente a dois fatores: a confiança dos proprietários rurais no Governo e a reduzida participação financeira dos interessados, já que o Estado elevou de 20 para 50 por cento sua participação no custeio das ligações. Não que o Estado ou a COPEL tenham conseguido fazer milagre com o dinheiro disponível. Através de estudos minuciosos chegou-se à simplificação das redes, o que resultou no barateamento do sistema em 42 por cento. Desta forma milhares de agricultores, que na sistemática tradicional estariam alijados do programa, puderam aderir e hoje, podem além de viver em melhores condições, também contar com a utilização de tecnologias independentes dos derivados de petróleo, melhorando a produtividade e qualidade dos rebanhos, armazenagens, conservação de alimentos e muitos outros benefícios.

Outro fator que influenciou a agilidade, fornece informações, que hoje chegam ao campo no momento em que ocorrem transformações nos grandes centros de comercialização e por que não dizer da política, saúde e lazer. Hoje e num futuro próximo, a integração do homem rural será total. E isto é justiça a quem, durante muito tempo, faz do nosso Estado a expressão agrícola através do trabalho duro e que foi marginalizado por governos anteriores.

O crescimento dos serviços se dá principalmente através do barateamento dos custos dos serviços. Para se ter um exemplo, no caso das ligações rurais, se corrigirmos os custos do sistema anterior, o custo da ligação mais barata não seria menor do que 2 milhões e 400 mil cruzeiros. Hoje este custo é de 690 mil cruzeiros para uma ligação simples mas eficiente, sendo que até mesmo a entrada de serviço que anteriormente era de responsabilidade do agricultor, é custeada pela própria COPEL.

Mas o trabalho do governo José Richa não ficou apenas voltado ao homem rural. O marginalizado da periferia do meio urbano, também foi lembrado. A proposta de expandir os serviços, a essas populações é uma realidade que também foi alcançada sem milagre mas através da simplificação dos padrões técnicos nas entradas de serviços. Hoje, até postes de madeira são aceitos. Além disso a implantação do programa “CLIC URBANO”, que beneficia os usuários com renda familiar de até 2 salários mínimos, ofertando a execução das extensões de rede, das entradas de serviço e até mesmo das instalações internas da residência.

Isto com financiamento que vai de 12 a 60 meses para pagar com vantagem de isenção de juros e correção monetária para os optantes do plano de 12 meses. Com isto 95 mil novos usuários estão integrados ao sistema perfazendo um total de atendimento que chega aos 92 por cento da população, mas a pretensão não fica nisso, a intenção é a de alcançar 96 por cento da população paranaense, através da encampação de todo o serviço. Hoje dos 1.160.000 domicílios, 1.079.000 já estão integrados.

É a democratização do serviço de eletrificação que tem como único objeto o cidadão do Paraná. Uma verdade disso é a criação do “auto-caixa” que consiste em equipamento especial, instalado em agência da empresa, que permite ao consumidor efetuar seus pagamentos fora do expediente bancário.

Além do que a implantação do reaviso de vencimento, a interrupção dos serviços não é feita mais aleatoriamente, pelo simples atraso no pagamento da fatura, além do que, nos dias de hoje, com a crise econômica mais aguda, os desempregados que comprovem a sua condição não mais estão sendo punidos com o desligamento.

Além de gerar e distribuir energia elétrica, a expansão da COPEL para todos os recantos do Estado está possibilitando a

ocupação de mão-de-obra permanente, já que trabalho é o que não falta.

Tudo isto faz do Paraná um dos Estados melhor atendido por energia elétrica e por isso é necessário que esta autonomia seja preservada.

O Paraná já é auto-suficiente, mas é preciso prever o futuro. Diante disto, por determinação do governador José Richa a COPEL quer produzir e consumir energia gerada aqui, com a segurança de que num futuro próximo o serviço seja cobrado na base de tarifa real, ou seja que o abusivo imposto canalizado à União, na base de 50 por cento, seja canalizado para o próprio Estado. Nada mais justo já, que o nosso Estado até agora tem sido penalizado ao perder imensas áreas férteis para produzir energia para a União sem ao menos utilizar a energia produzida.

Para exemplificar, a COPEL está lutando para ser desobrigada a comprar energia da ELETROSUL. Presa a um contrato de 10 anos, a COPEL teria que comprar energia sem precisar, já que depois da construção da Usina de Foz do Areia, o Estado é auto-suficiente. E a COPEL, o Estado e conseqüentemente o consumidor estariam pagando algo que não utilizam.

A COPEL suspendeu o pagamento e esse recurso hoje representa mais de 24 bilhões de cruzeiros que saíam do caixa da COPEL para o caixa da ELETROSUL. O assunto está sendo discutido a nível de ministério com a segurança de que se trata unicamente de defesa dos interesses do Estado do Paraná.

REGIONAL DE LONDRINA

A regional de Londrina que compreende 84 municípios prevê a instalação de 21 mil novas ligações até o ano de 1987, no sistema CLIC RURAL.

Para o ano em curso, devem ser realizadas um total de 2.500 ligações do sistema CLIC RURAL e o mesmo número no sistema CLIC URBANO, que tem uma previsão de 10.600 ligações até 1987.

A meta para 1984 já está sendo superada estando em andamento 46 obras e mais de 3.500 consultas para futuras ligações.

Mas a preocupação do governo Richa deve ir além da auto-suficiência, atendimento à zona rural e urbana. A próxima meta deve ser a encampação de todo o serviço de distribuição, de energia no Paraná já que parte dela é feita por empresas particulares, municipais e de outros Estados. O número é mínimo, dos 1.293.343 consumidores do Estado apenas 41 mil 503 são atendidos por outras empresas que não a COPEL.

As empresas que atendem a estes 3,2 por cento de consumidores do Estado: COMPANHIA CAMPOLARGUENSE que atende ao município de Campo Largo com pouco mais de 10 mil e 600 consumidores; CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA que atende ao município de Rio Negro com mais ou menos 4 mil consumidores; COMPANHIA DE FORÇA E LUZ DO OESTE que atende ao município de Guarapuava com cerca de 16 mil e 200 consumidores; FORÇA E LUZ DE CORONEL VIVIDA que atende o município de Coronel Vivida com 2 mil e 600 consumidores e, SANTA CRUZ COMPANHIA DE FORÇA E LUZ que atende os municípios de Ribeirão Claro, Barra do Jacaré e Jacarezinho, num total aproximado de oito mil e quinhentos consumidores. Todas essas cinco empresas distribuidoras de energia elétrica nesses municípios do Paraná, os únicos que ainda não são atendidos pelo sistema COPEL, num total de quarenta e um mil, quinhentos e três consumidores, representando 3,2 por cento dos consumidores paranaenses.

É bom lembrar que toda a energia consumida no Paraná é produzida pela COPEL, as outras empresas estão apenas prestando serviços de distribuição e manutenção. Para a COPEL a encampação desses serviços representaria pouco em termos de investimentos, mas para os consumidores, numa primeira análise a respeito, a nossa opinião significaria a possibilidade de acesso aos programas de elevado cunho social que atualmente o Governo do Estado vem desenvolvendo nessa área como é exemplo concreto o CLIC URBANO e CLIC RURAL.

Creio, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados que, pela importância que a cada dia que passa, assume a questão energética no País e no Paraná, merece aqui da Assembléia Legislativa do Estado não só o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela COPEL, mas também uma contribuição no sentido de se verificar, principalmente junto às comunidades diretamente envolvidas, ou seja, as populações dos municípios mencionados e que são, hoje, consumidores de energia distribuída por empresas que não a COPEL, algumas inclusive, como a do caso SANTA CRUZ COMPANHIA DE FORÇA E LUZ, empresa particular sediada no Estado de São Paulo nos limites ali do Norte Pioneiro, e da SESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA — que atende especificamente ao Município de Rio Negro.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esse assunto merece, antes de qualquer outra deliberação mais definitiva no tocante à encampação ou não manutenção da atual sistemática de distribuição de energia nesses Estados, merece o estudo por parte do órgão responsável pela energia elétrica no Estado, que é a COPEL, merece discussões por parte das comunidades envolvidas e os nossos companheiros deputados representantes, parlamentares de cada uma dessas regiões e, por fim, e também por que não dizer, não só o fim, mas durante também esse processo todo a participação da Assembléia Legislativa do Estado na discussão de assuntos de tanta relevância.

Era essa a nossa intervenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Abdicamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Democrático Social. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Tantos abusos estão sendo praticados pelos governadores eleitos pelo PMDB que já se fazia imperativo recorrer à Justiça para que se ponha cobro ao uso irregular de bens e dinheiros públicos em favor do candidato daquele partido à Presidência da República.

E nesse clima de corrupção eleitoral do PMDB sobressai o Governador do Paraná, José Calil Richa, que abandonou a administração do Estado, relegando a segundo plano os legítimos interesses do povo paranaense para dedicar-se, em tempo integral, ao proselitismo político-partidário à custa do Tesouro paranaense.

Elevados à Chefia de Executivos Estaduais, Richa e os

outros governadores do PMDB entregaram-se à ultrajante tarefa de utilização da máquina da administração pública — sem quaisquer escrúpulos —, para favorecer aos objetivos partidários do PMDB, mesmo que isso ocorra em detrimento da dignidade da função pública.

O comício de Goiânia é um desses deploráveis exemplos de como os Governadores do PMDB estão se distanciando das boas regras da moral administrativa. E já se anuncia a repetição desse procedimento indigno de um governante, considerando-se esse volúculo em toda sua extensão dignificante, no próximo comício em prol da candidatura Tancredo Neves em Belém do Pará. Esses fatos, já submetidos à consideração nacional pelo Presidente da República em seu recente pronunciamento à Nação, merecem total repulsa da opinião pública deste País.

Infelizmente, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, o Paraná, pela ação do Chefe do seu Executivo, figura entre os Estados onde os dinheiros e bens públicos estão sendo utilizados para o favorecimento do PMDB.

Isso é fato público e notório, cuja evidência é mostrada por ações e atitudes do Governador Richa e do seu regime pp-peemedebista.

Publicações oficiais como o Plano de Ação 1983/87, apresentada em luxuosíssima produção gráfica, jamais produzida pelos governantes paranaenses, e cujo custo está muito longe da austeridade exigida pelos tempos difíceis que os paranaenses vivem, é também utilizada em favorecimento do PMDB, como se não bastassem as constantes viagens do tapete-voador de Richa (aquele também luxuosíssimo avião à jato que a preços de hoje corresponde a nada menos de sete bilhões de cruzeiros), hospedagens e outras mordomias em que é pródigo o Sr. Calil Richa para favorecer o PMDB. E não satisfeitos em avançar nos dinheiros do povo, os pp-peemedebistas avançam, também, nos vencimentos e salários dos servidores públicos, com a instituição de um dízimo ou desconto compulsório de 1 por cento ao mês sobre a remuneração dos funcionários e servidores ocupantes de cargos em comissão. E para enriquecer ainda mais as burras do PMDB, o Governo Richa está criando nada menos do que 216 cargos de provimento em comissão, só na Governadoria, com os mais altos padrões de remuneração de todo o serviço público paranaense, com a finalidade de distribuí-los entre os seus partidários e com isso aumentar a arrecadação mensal do PMDB, pois os seus ocupantes também serão obrigados ao desconto compulsório de 1 por cento ao mês para a caixinha do partido do Governador, gerenciado pelo Banco do Estado do Paraná. Dinheiro do povo, dinheiro do funcionalismo para favorecer o PMDB. Como se isso não bastasse, o partido da “novilíngua” “inadequação administrativa” quer transformar os prédios públicos em extensão das suas salas de conchavos e conciliábulos, como fez com a Fundação Teatro Guaíra.

Mas, felizmente, como não há crime que sempre dure, nem mal que nunca termine — isto para felicidade dos povos —, coube à Justiça Eleitoral do Paraná, numa decisão memorável e inédita, na espécie, em todo o País, nesta atual quadra da vida política brasileira, dizer, no preciso cumprimento da lei, um veemente basta à prepotência dos poderosos e à insolência dos opulentos que se encastelaram no Governo paranaense. E disse-o com toda a tranqüila independência e dignidade que presidem as decisões de juízes íntegros e capazes que lutam pelo primado da lei e sabem cumprir, corajosamente — como o ilustre Desembargador Clementino Schiavon Puppi, digníssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná — seus deveres, impedindo o desmando na vida e nos costumes sobre as coisas públicas paranaenses e brasileiras.

O presidente do TRE, com a sua decisão de fazer cumprir o Código Eleitoral, dignifica a Justiça de nossa terra e a engrandece mais ainda perante os seus cidadãos. Feliz do povo que tem Juízes assim!

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o episódio de sexta-feira à noite, enseja outras reflexões além do enaltecimento da decisão do presidente do TRE.

Uma delas é a total condenação da atitude do Governador José Richa; do Vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos; do presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães; do Presidente do Diretório Regional do Paraná, Senador Álvaro Dias; do Secretário-Chefe da Casa Civil, Deputado Federal Euclides Girolamo Scalco; e do Prefeito de Curitiba, Maurício Fruet, que, embora cientificados da determinação contida no despacho do ilustre Desembargador Presidente do TRE mandando, nos termos do artigo 377 do Código Eleitoral, impedir o uso do prédio do Teatro Guaíra, despacho proferido às 20 horas e 20 minutos do dia 22 do corrente, e imediatamente transmitido ao Secretário Chefe da Casa Civil, Deputado Federal Euclides Scalco, Richa e seus acompanhantes permaneceram na prática da infração eleitoral.

É intolerável esse procedimento dos próceres peemedebistas que, numa demonstração de arrogância e desafio às leis do País, devem ser submetidos à Justiça, porque, com essa atitude, Richa, João Elísio, Ulysses, Dias, Fruet e Scalco que, pela hierarquia dos cargos e funções que exercem, deveriam ser os primeiros a cumprir as leis, estão, na verdade, é se desmandando e resistiram ao cumprimento do despacho do Presidente do TRE.

É deplorável essa conduta do Governador do Estado, do Vice-Governador, do Presidente Regional desse partido, do Chefe da Casa Civil, do Prefeito de Curitiba, do Líder do Governo nesta Assembléia e dos seus acompanhantes na mesa diretora da festança política na qual estavam sendo utilizados bens e dinheiros públicos do Paraná, desviados da sua destinação específica para favorecer o proselitismo do PMDB em prol da candidatura do Sr. Tancredo Neves à Presidência da República.

Surpreendidos em flagrante delito eleitoral, o Governador Richa, João Elísio, Ulysses e Fruet, acumpliciados com Dias e Scalco, tratam de mascarar a reunião política, com a qual agrediram a inteligência paranaense, pois transformaram o Teatro Guaíra — instituição que orgulha o nosso povo, mantida com o sacrifício do bolso do contribuinte para que ali se demonstre a nossa cultura e se incentive as artes como expressão de aprimoramento cultural —, em palco da anti-inteligência, com a representação de uma peça medíocre, onde os atores principais eram conhecidas figuras da expressão da demagogia e do engodo da opinião pública.

Tratam de mascarar, com o auxílio de seus porta-vozes, inclusive nesta Casa, a festança política pró-Tancredo como um encontro técnico para debater assuntos de interesse do Estado e do País.

Solícito em atender às determinações palacianas, o líder governista apressou-se em correr atrás dos jornalistas para fazer divulgar uma nota na qual pretende, novamente, embair a opinião pública e confundir as autoridades eleitorais.

Disse o líder Nilso Sguarezi, que no Encontro do PMDB, estavam-se examinando as alternativas de administração municipal, a política agropecuária e outros assuntos. É mais uma mentira, pois a Carta de Curitiba revela que o Encontro, na sua fase de Teatro Guaíra, era mesmo para fazer proselitismo do PMDB e disseminação da candidatura Tancredo Neves à Presidência da República.

É o próprio documento do PMDB desmentindo o Líder do Governo, Deputado Nilso Sguarezi, que foi surpreendido até com a afirmação de posições condenando a participação do PMDB no Colégio Eleitoral.

No seu afã de ser agradável a Richa, e em obediência às ordens palacianas, tentou o líder governista titular a sua nota como de repúdio à atitude do PDS em defesa da lei eleitoral, dos bons costumes políticos e da dignidade da função pública.

Repúdio merece, isto sim, a atitude do Governador e de seus acompanhantes que estavam usando, indevidamente, um bem público, em flagrante violação à lei, com finalidades político-partidárias.

Podem os propósitos e atitudes firmes de cumprimento da lei, defesa dos bons costumes e da dignidade da função pública serem repudiados?

Quem poderá repudiar a lei eleitoral?

É fácil identificá-los. São aqueles que escondem propósitos sinistros, como por exemplo, quem deseja e está usando bens públicos, dinheiros públicos que custeiam salários de funcionários que estão trabalhando fora de seus horários e devem receber salários extraordinários, dinheiro do povo que está pagando a taxa de iluminação do Teatro Guaíra, os serviços de vigilância, de limpeza e de conservação e outros serviços inerentes ao funcionamento daquele teatro, utilizando, em flagrante violação à lei eleitoral para atividades do PMDB e propaganda da candidatura Tancredo Neves.

Quem repudia uma decisão da autoridade eleitoral?

Só pode ser quem está à margem da lei eleitoral. Só pode ser um infrator dessa lei. Só pode ser quem foi — segundo a expressão dos cronistas do cotidiano policial —, “flagrado” na prática de atos que são punidos pela lei. Estes sim — que estão à margem da lei, os infratores da lei eleitoral que estavam repoltreados no Teatro Guaíra, e somente esses, que eram Richa, João Elísio, Ulysses, Dias, Scalco e Fruet — acumpliciados com o autor da nota de repúdio —, é que podem tentar repudiar uma decisão do Presidente do TRE, isto porque, considerando-se donos do poder, não querem se submeter à lei, esquecidos que estão que foram, como na expressão dos cronistas policiais, “flagrados em delito”.

Além de terem infringido o art. 377 do Código Eleitoral, os integrantes da mesa diretora do Encontro — enfemismo usado para definir aquilo que o Senador Álvaro Dias chama de “orgia política”, recorrendo ao linguajar primário inerente às suas manifestações públicas, como as publicadas na edição de hoje da “Gazeta do Povo”, quando o Senhor peemedebista se revela como sendo dado à pomochanchada —, Richa e seus acompanhantes descumpriram o despacho do Presidente do T.R.E., incorrendo no artigo 347 do Código Eleitoral, que trata das penalidades a serem impostas aos infratores da legislação eleitoral do País.

Dessa forma, cabe-nos agora encaminhar outra representação contra os violadores da lei eleitoral, para que sejam processados e punidos. Richa e seus acompanhantes têm que ser submetidos à lei. Seus atos de rebeldia contra a justiça, não podem ser tolerados. É inadmissível que um Governador de Estado, que violou a lei, fique impune. Richa está a desafiar as autoridades eleitorais. Colocou-se em rebeldia contra a Justiça, juntamente com Álvaro Dias, e agora resta-lhes a punição exemplar para que seus maus exemplos não encontrem seguidores e não frutifiquem.

Foi em defesa da decência e da moralidade públicas, que representamos junto ao T.R.E.

Fez muito bem a Justiça Eleitoral do Paraná em dizer basta à corrupção eleitoral dos Governadores do PMDB, a começar por José Calil Richa.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora

do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana e Nilso Sguarezi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei n.ºs 210 e 223/84. — Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, fui informado de que a campanha soou apenas no Plenário e não no recinto da Casa. Eu reiterava o pedido de que Vossa Excelência acionasse a campanha para alertar aos Srs. Deputados, de que está ocorrendo uma chamada nominal.

(É procedida a segunda chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — 33 Srs. Deputados responderam à chamada.

A Presidência irá proceder a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação)

23 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há quorum para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/84, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que dispõe que os novilhos, matrizes e reprodutores que forem comercializados nas Feiras de Gado, credenciadas pelo Poder Executivo, ficam isentos do pagamento do ICM e dá outras providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., com Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que dispõe sobre criação de espaço para fins publicitários na contracapa dos Livros Didáticos

utilizados pela Rede de Ensino Público de 1.^o e 2.^o Graus, bem como em todo material escolar e dá outras providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.E., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 77/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA GUSSO E JARDIM PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 84/84, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que cria o Distrito Administrativo de VIDIGAL, no Município de Cianorte, com sede no Município de Cianorte. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 95/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a IGREJA METODISTA CENTRAL, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com Parecer Favorável e Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 101/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO DO CAMPO ALTO, com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 102/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE PESQUISA, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA — CPOAF, com sede e foro na cidade de Cascavel. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 107/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que denomina ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR IVO ZANLORENZI — ENSINO DE 1.^o GRAU REGULAR E SUPLETIVO, a atual Escola Embaixador Lincoln Gordon, em Campo Comprido, nesta Capital. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 154/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL — REGIÃO DO PARANÁ, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 155/84, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que denomina DISTRITO ADMINISTRATIVO DE NOVA TEBAS, o atual Distrito Administrativo de Bela Vista, no Município de Pitanga, mantidas suas divisas, na forma que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 210/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.^o 169/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$... 1.350.000.000,00 (hum bilhão, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com Serviços de Terceiros da Subchefia de Comunicação Social no corrente

exercício, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 223/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.^o 179/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$... 1.433.000.000,00 (hum bilhão, quatrocentos e trinta e três milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais da FIDEPAR, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 103/84, do Poder Executivo (Mensagem n.^o 102/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Cruzeiro do Sul, o imóvel constituído pela data de terras n.^o 15, Quadra n.^o 29, situada na sede do município, medindo a área de 600,00m², objeto da matrícula n.^o 1866, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaity, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 105/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TAPEJARA, com sede e foro no Município de Tapejara. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 109/84, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que institui a data de 23 de abril, como o dia em que se celebrará homenagens ao LEONISMO PARANAENSE. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 113/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE AUXILIADORA DE SENHORAS DE ARA-PONGAS, com sede e foro na cidade de Arapongas. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 115/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BETEL — SERVIÇO SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 116/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE DO PARANÁ — ASSOESTE, com sede e foro na cidade de Cascavel. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 120/84, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Castelo Branco, o imóvel de propriedade do Estado, constituído da data de terra n.^o 09, da quadra n.^o 13, com área global de 957,00m², e localização que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 62/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que estabelece piso salarial para o Funcionalismo Público Estadual da Administração Direta e Indireta. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F. e C.R.H. por

unanimidade. Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 22, de 11/04/84).

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1984.
(a) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 62/84

PARECER:

O projeto em tela visa estabelecer piso salarial não inferior a dois salários regionais para o funcionalismo público estadual, da Administração Direta e Indireta, em regime estatutário e contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

A iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre matéria financeira cabe, consoante dispositivo constitucional, privativamente ao Chefe do Executivo.

Todavia, em face do alcance social que a medida encerra e tendo em vista que com a sanção ficará sanada a inconstitucionalidade, somos favoráveis à aprovação do presente plano.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 62/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, o presente projeto de lei tem por objetivo estabelecer piso salarial ao funcionalismo público do Estado, contratado sob o regime C.L.T.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que, atualmente, a maioria do pessoal contratado pelo regime da C.L.T. já vem percebendo este piso salarial, razão pela qual o suporte financeiro do Estado deve atender tal dispositivo legal a ser implantado por este plano de lei.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente
GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N.º 62/84

PARECER:

O nobre Deputado Rubens Bueno, através do presente plano de lei, pretende estabelecer piso salarial para o Funcionalismo Público Estadual da Administração Direta e Indireta, de regime estatutário e contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Quanto a seus aspectos legais, constitucional e financeiro, a matéria já recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, respectivamente.

Na justificação, o ilustre autor esclarece da situação agravante que se encontram os funcionários celetistas, em decorrência dos índices inflacionários, com relação aos funcionários estatutários.

No que pese os dispositivos constitucionais que estabelece a importância do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa de leis que disponham sobre matéria financeira, esta Comissão de Recursos Humanos sempre acolhe com simpatia toda e qualquer iniciativa tendente a melhorar as condições remuneratórias do pessoal vinculado profissionalmente ao Estado.

Pela sua oportunidade e espírito de justiça, e sobretudo pelo seu aspecto profundamente social e humano, nosso parecer é favorável por sua aprovação.

É o parecer.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que autoriza o Poder Executivo denominar RODOVIA RENATO FESTUGATO, a Rodovia que liga Cascavel a Boa Vista da Aparecida, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n.º 44, de 24/5/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 121/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Edgard Pimentel, o projeto de lei em apreço, sob o número 121/84, objetiva denominar Rodovia Renato Festugato a rodovia que liga a cidade de Cascavel a Boa Vista da Aparecida, passando pelos Distritos de Rio do Salto e Juvinópolis.

Constitucionalmente, não há impedimento algum para que o presente projeto de lei seja aprovado, prestando-se assim justa homenagem a um pioneiro que acreditou no Paraná e aqui investiu, como diz o autor em sua justificativa, razão porque nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei 121/84 na sua forma original.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
CAÍTO QUINTANA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DO APOSTOLADO CATÓLICO IRMÃS PALOTINAS, com sede e foro no Município de Arapongas. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n.º 45, de 28/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 122/84

PARECER:

O presente plano de lei de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Congregação do Apostolado Católico Irmãs Palotinas, com sede e foro no Município de Arapongas.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria — Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública o LAR DOS VELHINHOS SÃO JOÃO BATISTA, com sede no Município de Moreira Salles e foro no Município de Goioerê. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n.º 46, de 29/05/84)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 124/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, que

declara de utilidade pública o "LAR DOS VELHINHOS SÃO JOÃO BATISTA", com sede no Município de Moreira Salles e foro no Município de GOIOERÊ, constatado que o mesmo se encontra em perfeita consonância com o que preceitua a Lei 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula o assunto em pauta, somos favoráveis à sua aprovação.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre publicação semestral, no Diário Oficial do Estado, da Relação das Entidades Assistenciais Beneficiadas pelos Lucros da Loteria do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 48, de 31/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 127/84

PARECER

Estabelece o Projeto em exame que a Loteria do Estado, órgão vinculado à Secretaria de Estado das Finanças, procede à publicação semestral, em Diário Oficial, das entidades assistenciais beneficiadas com recursos provenientes de lucros auferidos por aquele órgão.

No aspecto legal não existe nenhum óbice que impeça o proposto pelo projeto, parecendo-nos, a iniciativa, de inteira justiça, haja vista que, ao tornar público o nome das entidades beneficiadas, possibilitará, "ipso facto", aos interessados exercer maior controle sobre o destino das aplicações.

Nosso parecer é, portanto, favorável.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que cria o Distrito Administrativo de Triolândia, no Município de Ribeirão do Pinhal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 50, de 5/5/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 129/84

PARECER

De iniciativa do ilustre Deputado Hermas Brandão, o Projeto de Lei em questão pretende criar o Distrito Administrativo de Triolândia, no Município de Ribeirão do Pinhal.

A Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n.º 2), em seu art. 9.º, define os critérios para a criação de Distritos.

Ao examinarmos a proposição e os documentos que a acompanham, constatamos a existência de representação do Município, feita pelo Senhor Prefeito e contando com a necessária aprovação, por unanimidade, da Câmara Municipal. Igualmente, a documentação comprova que o Distrito possui uma população residente de 1881 pessoas e 591 domicílios particulares (conforme o censo de 1980), sendo que a delimitação da área obedece ao disposto no inciso II do art. 8.º, da já referida Lei.

Portanto, o Projeto de Lei em pauta cumpre as exigências legais e constitucionais, bem como, os aspectos regimentais de sua tramitação.

Neste sentido, nos posicionamos favoravelmente à matéria e opinamos pela sua aprovação.

Tal é nosso parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ANIBAL KHURY — Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/84, de autoria

do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE QUINTA DO SOL", com sede e foro no Município de Quinta do Sol. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicada no D.A. 50, de 5/5/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 130/84

PARECER

De autoria do ilustre Deputado TADEU FRANÇA, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE QUINTA DO SOL", com sede e foro na cidade de Quinta do Sol.

Encontra-se o processado instruído com as peças de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/84, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara a Gralha Azul Ave-Símbolo do Paraná, e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. 52, de 7/6/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 133/84

PARECER

O Plano de Lei em exame, da lavra do ilustre Deputado Ezequias Losso, declara a gralha azul ave-símbolo do Paraná.

A medida, além de reconhecer a enorme contribuição daquele pássaro para a formação de uma das principais riquezas de nosso Estado — a madeira, em particular, o pinheiro paranaense —, leva em consideração o papel por ele desempenhado, como um incansável batalhador pela manutenção do equilíbrio ecológico e a sua decisiva participação em todo um ciclo fundamental para o pleno desenvolvimento de nossas florestas. Por isso mesmo, como o próprio autor da proposição afirma e nós endossamos, a gralha azul possui todas as características para vir a ser o símbolo de toda a luta que se trava pela reconstrução ecológica do Paraná.

Por outro lado, deve ser louvada a intenção de incentivo a preservação do meio ambiente, contida na matéria. Ainda mais, quando temos conhecimento da ameaça de extinção que paira tanto sobre a gralha azul, quanto sobre o pinheiro do Paraná.

Neste sentido, e, considerando que não há nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental à matéria, manifestamos nosso parecer favorável à mesma, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/84, de autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, que declara de utilidade pública a "SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ENGENHEIRO BELTRÃO", com sede em Engenheiro Beltrão e foro na cidade de Peabiru. Com parecer FAVORÁVEL e EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicada no DA. 52, de 7/6/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 134/84

PARECER

O presente Plano de Lei, de autoria da nobre Deputada Amélia de Almeida Hruscka, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Engenheiro Beltrão, com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria (Lei n.º 6.994, de 10.01.84), inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO, na forma da emenda anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI N.º 134/84

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “Santa Casa de Misericórdia de Engenheiro Beltrão”, com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que autoriza o Poder Executivo a conceder o Título de Cidadã Honorária a Senhora “Suely Marcondes de Moura Festugato”, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no DA. 56, de 18/06/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 142/84

PARECER

Submete-se, neste processo, à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça proposição de autoria do ilustre Deputado Edgard Pimentel, visando conceder o título de cidadania honorária a Senhora SUELLY MARCONDES DE MOURA FESTUGATO.

Colhe-se da justificativa, longa e minuciosa, que a homenagem é deveras merecedora da honraria que ora se lhe pretende prestar, dada sua operosidade, dinamismo e trabalho desenvolvidos em Cascavel, tendo emprestado sua contribuição efetiva ao progresso daquela região e de todo o Estado do Paraná.

Esposa do operoso industrial de saudosa memória, RENATO FUSTUGATO, assumiu, após o falecimento deste último, o comando das ORGANIZAÇÕES RENATO FESTIGATO, em cuja direção tem demonstrado admirável competência e espírito empreendedor, conseguindo ainda encontrar tempo para dedicar-se às inúmeras obras sociais, principalmente as de amparo às crianças abandonadas.

Quanto aos aspectos legal e constitucional, nenhum reparo merece o Projeto.

Em tais condições, considero o presente Projeto de Lei em condições de prosseguir seu trâmite normal pelos demais órgãos da Casa.

Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 159/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO e OUTROS, que dá nova redação ao Artigo 51, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, Lei Orgânica dos Municípios, na forma que especifica. (MANDATO DE VEREADOR SOMENTE SERÁ REMUNERADO NOS CASOS PERMITIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão. (Publicado no DA. 61, de 27/6/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 159/84

PARECER

De autoria do ilustre Deputado Rubens Bueno, com apoio de diversos Srs. Deputados, o presente Plano de Lei intenta dar nova redação ao art. 51, da Lei Complementar n.º 2 de 18/06/73, Lei Orgânica dos Municípios.

O mérito da questão, já foi devidamente analisado no parecer do Projeto de Lei Complementar n.º 259/83 (anexo), rejeitado em 3.ª discussão.

Quanto à sua legalidade e constitucionalidade a que é chamada a opinar esta Comissão, não encontramos nada que possa obstruir a sua tramitação normal nesta Casa de Leis, visto que, tratando-se de matéria rejeitada anteriormente, cumpre com exatidão o que preceitua o Art. 30, § 3.º, de nossa Constituição, ou seja, o apoio de maioria absoluta dos membros desta Assembléia Legislativa.

Desta forma, somos de opinião favorável à sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
NELSON BUFFARA — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao Parágrafo Único do Art. 2.º, da Lei n.º 7711, de 15.06.83, conforme especifica. (PELO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE QUE TRATA O “CAPUT” DESTE ARTIGO, O VICE-GERVERNADOR NÃO PERCEBERÁ QUALQUER ESPÉCIE DE REMUNERAÇÃO, ASSEGURADO ENTRETANTO O DIREITO DE OPÇÃO, EXCETO NOS CASOS DE ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA”. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão. (Publicado no DA 77, de 23/8/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 199/84

PARECER

O Plano de Lei ora encaminhado, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade dar nova redação do Parágrafo único do art. 2.º, da Lei 7711, de 16/06/83.

No âmbito da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre seu aspecto legal e Constitucional, temos que a matéria aqui tratada versa sobre o exercício das funções do vice-governador do Estado, assegurando o direito de opção para o recebimento de remuneração no exercício de funções específicas de caráter transitório, quando convocado pelo chefe do Poder Executivo.

A nova redação aqui apresentada estabelece o critério de opção para a pessoa do vice-governador, em perceber melhor remuneração, quando no exercício de funções outras a que lhes são constitucionalmente atribuídas, o que nos parece de justiça, já que é um princípio consagrado dentro da Administração Pública.

Legal e constitucionalmente, a proposição não encontra qualquer óbice que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa, opinando-se assim FAVORAVELMENTE à sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
CAÍTO QUINTANA, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Prof. João Vieira de Alencar, ocorrido no dia 23 de setembro do corrente ano.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Luiz Del Tedesco, ocorrido no dia 22 de setembro do corrente ano, no Município de Londrina.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a assinatura de convênios para garantir o armazenamento da produção de gêneros de primeira necessidade de pequenos e miniprodutores.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Cultura e Esportes e Fundação Teatro Guaíra, encarecendo informações sobre a cessão do Grande Auditório do referido Teatro, para o evento realizado em 21 de setembro do corrente ano, e o não cumprimento de determinação judicial.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Televisão Cultural Canal 8, pela passagem do seu 9.º aniversário de fundação, ocorrido no dia 25 de setembro do corrente ano, no Município de Maringá.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação e instalação de um ambulatório psiquiátrico para o Distrito Sanitário localizado no Município de Campo Mourão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Tagliari de Campo Mourão, pela conquista recente do título de bi-campeã da IV Taça Paraná de Futebol de Salão Juvenil.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo uma escopeta para a Delegacia de Polícia do Município de Jataizinho.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo seja firmado convênio com oficina especializada para atendimento de veículos oficiais das delegacias de polícia, no Município de Londrina.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo informações a respeito da "Cartilha Gralha Azul".— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expe-

mentação do trecho entre os Municípios de Palotina e Francisco Alves.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação do trecho ligando os municípios de Formosa do Oeste e Alto Piquiri, passando pelo rio Piquiri no Apertado.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do dia do radialista e da radiofusão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria "Tribuna Livre, proposta para um novo Legislativo", publicada no jornal "O Estado do Paraná".— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, pela iniciativa em determinar a montagem de um centro de atendimento aos menores carentes nesta Capital.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no Jornal Indústria e Comércio, sob o título "O Zelador das Contas e o do Povo".— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezzi, Roberto Requião, Nelson Vasconcellos, e subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações quanto a sinalização viária das rodovias estaduais, depredadas com aposição de propaganda eleitoral.— Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do dia dos radialistas.— Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu solicitaria de Vossa Excelência, permissão, já que hoje transcorre o dia do radialista, bem como o dia do rádio. Eu gostaria de encaminhar a votação, mas como não é possível, já que não está sendo colocado ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vossa Excelência tem oportunidade para discutir o vosso requerimento.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Então, para discutir, Sr. Presidente. Eu gostaria de destacar neste dia, a importância do rádio, a importância do homem do rádio, no atendimento à comunidade. Destacar também que esta Casa está muito bem servida, de vários homens oriundos do rádio e que hoje servem como deputados à população do Paraná. O Rádio, um veículo de grande importância, talvez um dos veículos de maior importância na comunicação que temos até hoje, e, por isso mesmo, não pode-

Deputado Fiori Luiz, Ferrari Júnior, Airton Cordeiro que não se encontra, Deputado Paulo Furiatti, ex-radialista, Deputado Edmar Luiz Costa, é uma data — Deputado Belinati, que hoje está como Secretário da Mesa —, é uma data de grande importância.

Por isso a nossa satisfação em fazer este registro e gostaria também, de aproveitar a oportunidade, para registrar a presença das candidatas ao II Concurso Rainha dos Trabalhadores de Paranaguá que visitam a Assembléia Legislativa, concurso este que será realizado no próximo dia 28.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Para solicitar vênua ao eminente Deputado Nestor Baptista, 1.º Vice-Presidente dessa Casa, para associar-me ao requerimento, onde há congratulação deste Poder, aos nobres integrantes da classe de radialistas do Estado do Paraná. Se Sua Excelência permitir, aporei a minha assinatura em nome da Bancada do PDS.

O SR. NESTOR BAPTISTA — A honra é nossa, eminente Deputado.

O SR. ERVIN BONKOSKI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, nós também queremos nos associar a esta homenagem, nós que fazemos da nossa vida profissional o rádio, e é motivo de júbilo a radiodifusão brasileira, a todos os radialistas, comemorar o seu dia, 25 de setembro.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que temos nesta Casa, muitos Deputados militantes na comunicação do rádio ou através do rádio, desejamos registrar também o nosso aplauso e a nossa solidariedade na comemoração do rádio - difusor, no dia do rádio e no dia dos radialistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do Dia do Radialista. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do BADEP, por intermédio da Casa Civil, encarecendo informações sobre a concessão de fiança à Servix Engenharia S/A. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Comissão de Educação desta Casa, para que convoque, através da Secretaria de Educação, uma comissão especial a fim de debater o projeto do Governo do Estado em relação à Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP e Faculdade de Educação Musical do Paraná - FEMP. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de moção de apoio à Associação Profissional dos Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado, que deseja tornar-se sindicato, com cópia para o Sr. Presidente da mesma. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida,

da, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 196/84, que declara de utilidade pública o Instituto Londrinense de Instrução e Trabalho para Cegos, com sede no Município de Londrina. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, com apoio dos demais Srs. Deputados, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo estudos visando a encampação das empresas que atuam no Paraná como distribuidoras de energia elétrica gerada pela COPEL. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente do Curso e Colégio Decisivo, com voto de regozijo pela realização dos jogos ocorridos no dia 22 de setembro do corrente ano. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo atos de coibição de queimadas às margens de rodovias estaduais. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/83

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 168, 169, 170 e 171/84.

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 58, 59, 77, 84, 95, 101, 102, 107, 154, 155, 210 e 223/84.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 103, 105, 109, 113, 115, 116 e 120/84.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 62, 121, 122, 124, 127, 129, 130, 133, 134, 142/84, do Projeto de Lei Complementar n.º 159/84 e do Projeto de Lei n.º 199/84.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 57/83, 199/83, do Projeto de Lei Complementar n.º 164/84 e dos Projetos de Lei n.ºs 198 e 202/84, e do Projeto de Resolução n.º 120/84.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 108/83, 176/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 09/83 e 50/83.

Levanta-se a sessão.